

UNIVERSIDADE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS – UNIPAC
ARQUITETURA E URBANISMO

LORENA DOS SANTOS COUTINHO

HABITAÇÃO SOCIAL E AMBIENTE DE CONVÍVIO FAMILIAR PARA
TEÓFILO OTONI - MG

TEÓFILO OTONI

2021

LORENA DOS SANTOS COUTINHO

**HABITAÇÃO SOCIAL E AMBIENTE DE CONVÍVIO FAMILIAR PARA
TEÓFILO
OTONI – MG**

Trabalho Final de Graduação apresentado a
Coordenação de Arquitetura e Urbanismo da
Universidade Presidente Antônio Carlos - Teófilo Otoni,
como requisito parcial para obtenção do título de Arquiteta
e Urbanista.

Orientador (a): Prof. Juliane Guimarães Baldow

TEÓFILO OTONI

2021

HABITAÇÃO SOCIAL E AMBIENTE DE CONVÍVIO FAMILIAR PARA TEÓFILO
OTONI – MG

Por: Lorena Dos Santos Coutinho

Aprovada em

BANCA EXAMINADORA

MEMBRO DA BANCA 01

MEMBRO DA BANCA 02

MEMBRO DA BANCA 03

TEÓFILO OTONI

2021

RESUMO

O presente trabalho tem como intuito abordar a importância da moradia e da arquitetura no setor social, o seu escopo central concentra-se na visão necessária de um lar útil e agradável e a importância dos espaços de vivência para qualidade de vida da população de baixa renda. Para tal estudo foi necessário um levantamento histórico que inclui a realidade social, habitacional e econômica do Brasil. O trabalho apoia-se em pesquisas voltados ao bem-estar humano e conceitos construtivos funcionais que atendam às necessidades dessa camada da população. A partir da fundamentação dessas diretrizes teóricas o objetivo final do tema é direcionado a uma proposta projetual de um complexo habitacional de moradia social para a cidade de Teófilo Otoni – Minas Gerais com espaço de convívio familiar que atenda às necessidades físicas e afetivas da população solucionando assim problemas sociais específicos de habitação na cidade, incluindo habitações precárias, coabitação familiar e/ou o ônus excessivo do aluguel no perímetro urbano. Os resultados obtidos com esse estudo poderão contribuir para uma perspectiva mais consciente e coletiva do profissional arquiteto no âmbito da arquitetura social e fornecer conhecimento acerca dos benefícios que um espaço projetado pode gerar na vida de um indivíduo ou de uma família.

Palavras chaves: Habitação Social, qualidade de vida, convívio familiar, Teófilo Otoni .

ABSTRACT

The present work intends to address the importance of housing and architecture in the social sector, its central scope focuses on the necessary vision of a useful and pleasant home and the importance of living spaces for the quality of life of the low-income population . For such a study, a historical survey that includes the social, housing and economic reality of Brazil was necessary. The work is based on research aimed at human well-being and functional constructive concepts that meet the needs of this layer of the population. Based on these theoretical guidelines, the final objective of the theme is directed towards a project proposal for a social housing complex for the city of Teófilo Otoni - Minas Gerais with a space for family living that meets the physical and emotional needs of the population, thus solving specific social problems of housing in the city, including precarious housing, family cohabitation and/or the excessive burden of rent in the urban perimeter. The results obtained from this study may contribute to a more conscious and collective perspective of the professional architect in the context of social architecture and provide knowledge about the benefits that a designed space can generate in the life of an individual or a family.

Key words: Social Housing, quality of life, family life, Teófilo Otoni.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. OBJETIVOS GERAIS	8
2.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	9
3. METODOLOGIA	10
4. QUESTÕES SOCIAIS E CULTURAIS DA HABITAÇÃO	12
4.1 QUALIDADE DE VIDA E NECESSIDADES SOCIAIS	13
4.2 ARQUITETURA E HABITAÇÃO SOCIAL	16
4.2.1 Histórico da habitação social no Brasil	18
4.2.2 Atuais Programas habitacionais do governo brasileiro	22
5. PROBLEMÁTICAS DA HABITAÇÃO E SOLUÇÕES CONCEITUAIS	26
5.1 ESTUDO DE CASO NACIONAL - PEDREGULHO	28
5.2 ESTUDO DE CASO INTERNACIONAL - DORTHEAVEJ RESIDENCE	34
6. PROPOSTA PROJETUAL	37
6.1 A CIDADE	38
6.1.1 Análise da estrutura Urbana, econômica e social	39
1.1 6.2 ESCOLHA DA ZONA DE INTERVENÇÃO	40
6.2.1 Diagnóstico Do Entorno	43
6.2.2 Diagnóstico SWOT	44
6.3 PROJETO – ESTUDO PRELIMINAR	45
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	

7 INTRODUÇÃO

A urbanização acelerada das cidades e o crescimento na demanda social no Brasil contribuiu para problemáticas relacionadas ao funcionamento e organização dos grandes centros. O aumento considerável de moradias suburbanas e sem infraestruturas adequadas foi um dos problemas causados por esse avanço. A Declaração dos direitos humanos (1948) elevou o direito à moradia como decorrência da dignidade humana, de modo que é impossível viver dignamente sem uma moradia de qualidade. Contudo, mesmo com a proteção constitucional, esse problema brasileiro ainda persiste. O Brasil tem um déficit habitacional de 7,7 milhões de moradias segundo estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas (2010). Essa deficiência juntamente com a periferização social gera desigualdades e afeta diretamente na qualidade de vida dos indivíduos, que está ligada ao bem estar-físico, emocional e psicológico. Desde 2005, existe no Brasil uma lei que desfruta de um Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, com o objetivo de tornar democrático a habitação digna e sustentável através de políticas e programas de investimentos e contribuições; além de articular, compatibilizar e apoiar a atuação das instituições e órgãos que trabalham no setor da habitação. De acordo com Rangel (2011, p. 58) “O direito à moradia é um dos núcleos que possibilita a consecução da dignidade da pessoa humana, razão pela qual deve ser implementado em todos os níveis”. O reflexo dessa visão atinge diretamente na qualidade de vida, quando é pontuada na vivência do dia a dia envolve inúmeras condições como: saúde, bem-estar físico, psicológico, emocional, relacionamentos sociais e familiares.

A arquitetura, por sua vez, possui uma grande importância na criação e percepção das necessidades dos espaços habitáveis, e a aplicação dessa área para soluções no âmbito social ajuda de forma direta a melhoria de vida de pessoas com carências financeiras. Portanto, o desenvolvimento e compressão dessa temática, contribui para a consciência social que evidencia o valor do profissional arquiteto dentro da sociedade para todos os níveis sociais e a importância da moradia para a qualidade de vida e progresso do ser humano e de sua dignidade como cidadão.

Dito isto, este trabalho se estrutura e aborda tal questão para gerar reflexões a respeito do tema. E para tanto foi dividido em três capítulos. No primeiro será

elucidada questões sociais e culturais do ser humano e sua participação dentro da sociedade em uma visão abrangente de necessidades e carências básicas. A pauta desse capítulo será repercutir a relevância do espaço de vivência diária e sua contribuição para o bem-estar, onde será ressaltado a importância do profissional arquiteto a favor da arquitetura e habitação de interesse social e o histórico desse setor construtivo no Brasil. O segundo capítulo expõe objeções que habitualmente o setor da habitação social carrega e que, contribui para problemáticas e ineficiência do propósito final. Fundamentado nisso, discorrerá sobre o tópico possíveis soluções que ajudem a sanar e trazer melhorias para esse tipo de moradia e para a qualidade de vida de quem habita, onde será apresentado dois estudos breves de obras de moradia social que trazem uma visão excêntrica da arquitetura para famílias carentes. O último capítulo que integraliza o estudo, propõe um ensaio projetual de um conjunto habitacional em edifício para a cidade de Teófilo Otoni – MG, através de análises específicas da necessidade do local e dos princípios conceituais da arquitetura.

8 OBJETIVO GERAL

O objetivo geral deste trabalho consiste em gerar reflexões a respeito da importância da moradia no âmbito social e propor através de diretrizes e soluções dos sistemas construtivos uma proposta projetual de Habitação de interesse social adequada para a cidade de Teófilo Otoni MG.

2.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Entender a consequência do reflexo contrastante da desigualdade no meio social e como isso afeta no bem-estar físico e emocional do ser humano
- Entender a importância do papel do arquiteto diante a problemas sociais relacionados a moradia;
- Entender o conceito, aplicação e objetivo da Arquitetura e Habitação de Interesse Social;
- Compreender o histórico da habitação social no brasil e modalidade trabalhada pelo governo;
- Analisar tipológicas de projetos com aplicação de métodos conceituais de funcionalidade e flexibilidade projetual.

9 METODOLOGIA

A metodologia empregada para o presente trabalho foi fundada através de pesquisas bibliográficas e segue a ordem exploratória, pois possibilita uma melhor compreensão do tema e a familiarização com o objeto de estudo para aplicação das idéias. A estrutura metodológica foi dividida em 3 etapas, sendo elas: Pesquisa teórica, estudo referencial de casos e proposta projetual.

1) A pesquisa teórica faz uma revisão documentada sobre o assunto e aos elementos envolvidos no estudo. Ela foi baseada em conteúdos de livros, artigos, sites da internet, relatórios e entrevistas e fundamenta um tema base que vincula de forma sucinta algumas questões que esclarece a importância da temática que o trabalho defende e apresenta todo o suporte histórico. Para a elaboração desse capítulo foi realizadas pesquisas bibliográficas sobre os seguintes conteúdos: Qualidade de vida; Necessidades humanas; Direitos humanos, Desigualdade social no Brasil – causa e consequências; Arquitetura social; Papel do arquiteto na arquitetura social; Habitação De Interesse Social e seu desenvolvimento dentro do Brasil; Programas habitacionais no governo brasileiro.

2) No estudo referencial de casos será apresentado os principais atributos que conferem qualidades e objeções a um projeto habitacional, quais os conceitos que se deve ter em mente na concepção e quais as diretrizes que devem ser adotadas. Diante disso serão apresentadas duas obras para análise projetual que seguem a mesma linhagem do tema consistirá na ficha técnica, conceito, métodos construtivos, relatório fotográfico.

3) A Proposta projetual é a etapa final da metodologia do trabalho, nela será desenvolvida a aplicação na prática que baseou todos os outros estudos teóricos. Nesta etapa o enfoque é direcionado nas bases projetuais de um projeto arquitetônico, e para a concepção do mesmo é desenvolvido o conhecimento acerca da cidade escolhida para implantação da proposta projetual. Será realizado levantamento de informações em relação a localização, características geográficas, estrutura urbana e análise social. Esse estudo será baseado em pesquisas documentadas em sites do município, artigos regionais, dados do IBGE e informações de fontes confiáveis. A etapa metodológica referente a zona de intervenção esta ligada no encaminhamento para definição do sítio que será aplicada a

proposta projetual. Nessa etapa será estudado os condicionantes para as diretrizes projetuais dentro da zona escolhida, estes são:

- Inserção Urbana – Busca por bairro, quadra, rua e lote, pontuar aspectos culturais e sociais que justifique a escolha e associe o local com a necessidade de implantação do tema. O método utilizado para esse levantamento será google maps, google earth, documentos sobre o histórico da cidade e seus respectivos bairros, entrevista com profissionais na área social que tenham conhecimento do tema, visitas ao local e possíveis entrevistas com moradores locais;
- Estudo do entorno – Mapear o uso e ocupação do solo no raio de alcance da zona de intervenção. O método utilizado para esse levantamento será google maps, google earth, mapa cadastral da cidade, pesquisa e levantamento presencial na zona de intervenção;
- Estudo de vias – especificação da(s) via(s) levantamento de fluxo e faixas, estudo de circulação de veículos. O método utilizado para esse levantamento será google maps e análise presencial do fluxo viário.
- Pesquisa do Programa de necessidade e setorização e estudo para definição de conceito, partido e memorial descritivo. O método utilizado para esse levantamento será referência em projetos arquitetônicos residenciais com interesse social.
- Estudo preliminar de projeto arquitetônico – Planta baixa, cortes e perspectivas. O método utilizado para esse levantamento será croquis manuais e programas de desenho gráficos (autocad, revit, sketchup).

10 QUESTÕES SOCIAIS E CULTURAIS DA HABITAÇÃO

A moradia adequada não é vista apenas como um mero abrigo, mas também como um conjunto de elementos ligados ao saneamento básico, serviços urbanos, saúde e bem-estar. Assegurado pela Constituição Federal de 1988, a moradia é de total direito e possui competência comum da união dos estados e dos municípios. A todos, conforme determina lei constitucional, convém “promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico”. Lastimavelmente, mesmo estabelecido pela constituição a carência habitacional e seu déficit ainda constitui um dos mais atuais problemas na sociedade. Marcado desde o processo de urbanização, o problema habitacional no Brasil possui caráter intenso e concentrador, possui comprometido na qualidade de vida de muitas pessoas.

“A moradia pode ser considerada uma necessidade básica, como a alimentação e a vestimenta, um bem de raiz que tem a particularidade de necessitar da terra como suporte.” (LORENZETTI, 2001, p.3). A habitação pode ser caracterizada e integrada como um direito que compõe a subsistência de um ser humano, todavia, o atendimento a esse direito esbarra em algumas dificuldades. A começar pela própria definição do conceito; o cenário é crítico, principalmente entre as camadas de renda mais baixa da população. De acordo com os dados obtidos pela Fundação Getúlio Vargas tendo em base o ano de 2010 o déficit habitacional em todo o Brasil obteve o marco de 7,7 milhões de habitações. Uma das causas para esse crescimento é o ônus excessivo com aluguel urbano e a habitação precária, hoje caracterizados como principais componentes do déficit. O número de casas desocupadas durante quatro anos de estudo, por conta do alto valor do aluguel avançou de 2,814 milhões em 2016 para 3,035 milhões em 2019. Já as habitações que apresentam inadequações ultrapassam 24,8 milhões, esses indicadores envolvem características de serviços básicos de uma sociedade, como falta de água abastecida, de esgotamento sanitário, de energia elétrica e de coleta de lixo. Além de inadequações relacionadas a edificação, como a falta de espaço, falta de instalações sanitárias, infraestrutura inapropriada, entre outros. O ambiente em que vivemos tem grande impacto na qualidade de vida e no comportamento humano.

10.2 QUALIDADE DE VIDA E NECESSIDADES SOCIAIS

O ser humano, no contexto social, possui necessidades inescapáveis que possibilitam o bem-estar e garantem a satisfação de viver, pode-se afirmar que uma vida sem essas instâncias resultaria em aspectos negativos no comportamento do indivíduo. De acordo com a teoria de Maslow (1987), psicólogo americano de referência na Psicologia Humanista, as necessidades sociais residem na garantia de estar e se sentir dentro da sociedade na busca por estímulos positivos que firmam a confiança e a segurança diante de seu ambiente e impactam a prosperidade física e mental de cada sujeito. Esta teoria é representada por uma pirâmide e definida por cinco categorias de necessidades humanas, são elas: fisiológicas, segurança, afeto, estima e as de autorrealização, essas representadas na figura 01:

Figura 01 – Pirâmide Das Necessidades Maslow



Fonte: Site Pensar Bem, viver bem, 2020

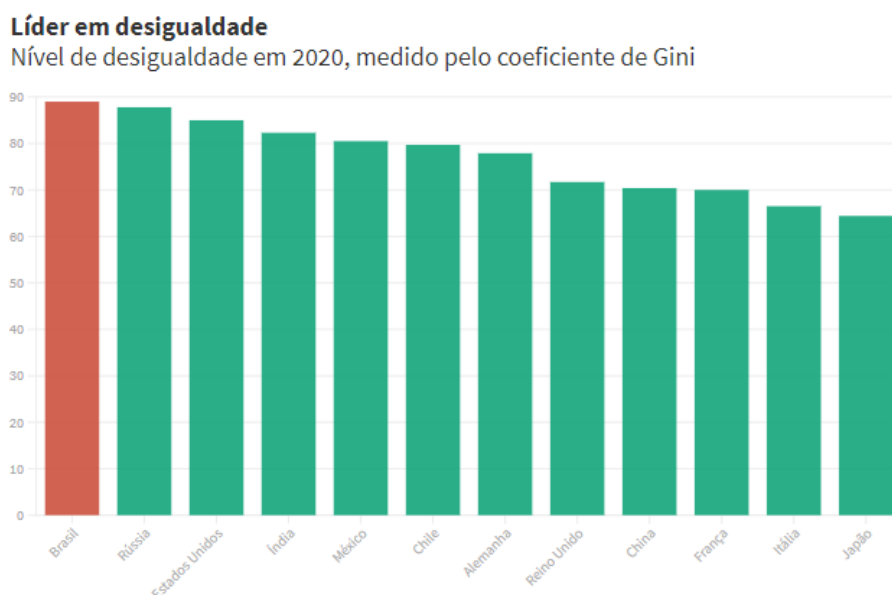
As carências básicas fisiológicas, representadas na base da pirâmide são o ponto de partida do modelo da Hierarquia das Necessidades. Na análise de Maslow, elas são as mais importantes para o seguimento das outras, sem elas, é impossível motivar o indivíduo e satisfazê-lo, e quando não são supridas sobrevêm sentimento de frustração, agressividade, desinteresse, passividade, pessimismo, resistência a novidades, insegurança, queixas tais como, fome, más condições de moradia e insatisfação com a realidade. A qualidade de vida e sua ligação com as carestias

básicas do ser humano no meio social é vinculada pela participação do indivíduo no contexto de valores e contentamento de sua existência.

Qualidade de vida é uma noção eminentemente humana, que tem sido aproximada ao grau de satisfação encontrado na vida familiar, amorosa, social, ambiental e a sua própria estética existencial. Pressupõe a capacidade de efetuar uma síntese cultural de todos os elementos que determinada sociedade considera seu padrão de conforto e bem-estar (Manayo, 2000, p. 8)

Neste sentido, a qualidade de vida é algo acrescentado ao ser humano, que lhe permite usufruir o que lhe dá motivo de prazer, estímulo, força, ânimo. Tais atributos não são vitais, porém, são indispensáveis para todo grupo dentro da sociedade, que contribui para o sentimento de posse dos direitos humanos. Souza (1984), ao analisar a questão da qualidade de vida, afirma em um plano geral, que a distribuição dos bens e direitos que uma sociedade julga serem essenciais quanto a de uma série de bens coletivos da natureza não são menos em suas repercussões sobre o bem-estar social. Quando são enfatizados elementos socioeconômicos e culturais é refletida a realidade contrastante que é vivida no meio social, nesse contexto ,especialmente o Brasil que atua entre os países com maior desigualdade social do mundo, segundo levantamento realizadas pela Global walth report 2021 obtido pela CNN Brasil descrito no gráfico da figura 2.

Figura 02 – Gráfico De Desigualdade Mundial



A classe que é desfavorecida possui ausência de bens e serviços de uma população, segundo relatório de ONU (2010) as principais causas da desigualdade social são:

- Falta de investimento na área social;
- Política fiscal injusta;
- Má distribuição de renda;
- Dificuldade de acesso aos serviços básicos: saúde, transporte público e saneamento básico.

Em decorrência a essa falta, as consequências são: exclusão social, favelização, miséria, desemprego, desnutrição, e a marginalização/violência. Segundo Herculano (2000) a exclusão social e conseqüentemente sua marginalização não está ligada apenas aos mecanismos conectados com a produção, manutenção e reprodução da pobreza, mas igualmente com os aspectos conectados com a fragilidade institucional democrática, a falta de educação, a falta de participação política, a falta de cidadania, do direito à propriedade e moradia.

É preciso reconhecer que a violência - como qualquer complexo social - se manifesta imediatamente nos indivíduos [...] individualidades, estas que sentem concretamente inúmeras carências de necessidades humanas (Silva, 2006, p. 35 e 36).

A ideia da busca teórica da psicanálise humanista em comparação com a qualidade de vida social e o desequilíbrio socioeconômico de modo geral, possibilita uma reflexão sobre como aspectos culturais do cotidiano podem afetar o comportamento do ser humano de forma involuntária. Se o indivíduo não alcança seus direitos para obter uma qualidade de vida digna, como ele se abastecerá de suas necessidades básicas para satisfazer sua existência? De forma mais entendível, se uma pessoa não possui um ambiente de convívio descente e seguro, se lhe falta o sossego e o bem-estar psicológico e social, como ela será realizada

com a vida que tem. A busca de viver bem vai além da vantagem de possuir bens e de suprir todos os desejos da ambição humana. A instância nessa questão seria possibilitar ao ser desfavorecido dentro da sociedade o contentamento e amenizar as consequências que são evidenciadas pela desigualdade social.

É certo que esse emaranhado de questões não é simples de sanar: “a desigualdade social é um problema histórico e estrutural, herança do nosso período colonial e que funciona como um ciclo que se alimenta com o passar dos anos” (uol, 2020), todavia, além do governo, profissionais que estão dentro da sociedade tem por ordem ética e responsabilidade social um papel diante as necessidade que o corpo social possui para melhorias nas condições de vida.

4.2 ARQUITETURA E HABITAÇÃO SOCIAL

Como já exposto anteriormente, o Brasil é um país que possui a desigualdade social como característica marcante. E diante disso abrangem-se carências que envolvem questões básicas como saneamento, segurança, lazer, conforto. A arquitetura social foi uma iniciativa desenvolvida com objetivo de fornecer a população de baixa renda acesso a serviços arquitetônicos residências ou comunitários de forma conveniente e adequada, visto que, embora essa camada represente grande parte da população, ela não possui condições de arcar com os altos custos de um projeto de arquitetura tradicional. Além da concepção funcional dos espaços é necessária uma visão de sociabilidade, entretenimento e cultura do profissional Arquiteto e Urbanista diante a sociedade, pois, a função do arquiteto vai além de construir e idealizar os espaços; ela é fundamental para que a população menos favorecida tenha um contato íntimo e direto e particular com o espaço. “Se a essência da arquitetura consiste em pensar e projetar espaços para as atividades e necessidades humanas, é importante que arquitetos e urbanistas desenvolvam uma visão plural e aberta das diferentes realidades que se pode encontrar [...]” (CAU/RS, 2017).

A habitação popular - também conhecida como habitação de interesse social - é um nicho da arquitetura social voltado especificadamente à população que não possui acesso à moradia digna. Segundo o Programa das Nações Unidas para os

Assentamentos Humanos, esse tipo de moradia é denominado habitação acessível, pois não possui o custo alto a ponto de impedir seus moradores de arcar com outros custos básicos de vida ou ameaçar o desfrute dos seus direitos básicos como ser humanos.

Na busca de proporcionar o acesso dessa camada da população aos serviços técnicos de engenharia e arquitetura e da regularização fundiária a lei 11.888\2008 possibilita o acesso gratuito a estes recursos, “Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005” (jus Brasil, 2008), esse programa habitacional deve estar alinhado com o Plano Diretor Municipal. As famílias beneficiadas por esse tipo de habitação são aquelas com renda predominantemente com até 3 salários mínimos, chegando até a 5 salários mínimos, e que apresentam de forma significativa vários dos aspectos a seguir relacionados: locais com desordem e parâmetros urbanísticos precários, carências de infraestrutura, construção em áreas de risco e irregularidade fundiária. Constitui o universo do chamado déficit qualitativo. Seu dimensionamento visa identificar carências e problemas serem minimizados com ações, preventivas ou corretivas, planos, programas e investimentos.

Além dos benefícios infra estruturais, a habitação social quando realizada de forma consciente e humanitária contribui para o bem-estar e contentamento humano. É evidente que a esfera habitada traz elementos importantes para o entendimento das condições físicas, emocionais e psicológicas e uma boa ambiência torna o espaço mais propício ao convívio.

Quando se fala em ambiência, pensa-se no equilíbrio humano dentro da composição do espaço, porém ambiência não é somente espaço físico, é também o encontro entre os sujeitos, propiciado pela adequação das condições físicas do lugar e pelo exercício da humanização, onde é considerado fatores que permite a interligação do espaço com o sentimento. Logo, saber como os indivíduos percebem o ambiente em que estão inseridos, suas fontes de satisfação e insatisfação é de fundamental importância para que se possa compreender melhor suas expectativas, julgamentos e condutas (FAGGIONATO, 2007).

O estudo da ambiência para cada espaço e sua determinada função traz elementos importantes para o entendimento das condições e reações de cada indivíduo. Assim, a percepção espacial estabelece parâmetros de orientação, conforto e qualidade ambiental. Há, porém, valores subjetivos que são adquiridos culturalmente, de acordo com a experiência de vida, estabelecendo significados, positivos ou negativos, em relação aos estímulos do ambiente. Portanto a arquitetura social pode contribuir para o desenvolvimento da cidadania e é a partir desse desenvolvimento que a formação intelectual e cultural se sustenta. Esse fundamento possibilita mudanças na ação e reação dos indivíduos, ocasionando a redução do sentimento de marginalidade e abandono que eles carregam.

Dentro da ideia de arquitetura social, um dos papéis do arquiteto é analisar primeiramente os planos diretores e iniciativas públicos-privadas e verificar o que o seu conhecimento pode contribuir para melhoria de espaços, moradias e bem-estar humano. O profissional pode intervir em novas soluções que melhorem projetos já definidos, de acordo com os limites financeiros e técnicos de cada projeto. Os profissionais envolvidos nesse ramo social precisam, por meio de estudos, sugerir materiais, técnicas construtivas e ideias que mostrem que é possível investir em moradia social de qualidade para a população. O ser humano tem a necessidade de habitar e de ter lazer; e este tipo de arquitetura é um exemplo de que é possível criar espaços bonitos, seguros e acessíveis. Um projeto elaborado com cuidado e respeito a aspectos técnicos, funcionais, com devida acessibilidade e sustentabilidade, onde o espaço cumpra com as necessidades humanas, interfere de maneira decisiva para a qualidade de vida de uma família ou de uma comunidade.

4.2.1 Histórico da habitação social no Brasil

Como precursores da habitação social na história, pode-se considerar as vilas e cidades operárias, que surgiram em meados do século XIX com a Revolução Industrial e o período entreguerras europeias que demandou essa ideia de moradia quando a procura por abrigo era alta e o modernismo estava se consolidando como movimento. De qualquer forma, essa ideia originou-se pela ligação da urbanização com o aumento da demanda por habitação de baixo custo. Para entendimento da origem da habitação social no Brasil é necessário retomar o contexto da década de

30 – A era Vargas. Essa Era foi dividida em três partes, a primeira, denominada governo provisório iniciou-se em 1930, onde obteve a derrubada do antigo governo e a revolução estatal com o papel de impulsionar a economia, a partir deste momento passa intervir não só no processo de produção habitacional como também no mercado de locação brasileiro.

O governo Vargas (1930 – 1951) instituiu as leis trabalhistas, criou os Institutos de Previdência e Pensões e acabou com a liberdade sindical, estabelecendo o sindicalismo imposto e dependente do Estado. Todas essas leis intituladas tinham como visibilidade a modernização da economia. A nova constituição de 1934, realizada no final do governo provisório de Vargas e início da sua legitimidade política na presidência tinha claras preocupações econômicas, com isso foram criadas medidas que promoviam o desenvolvimento da industrial nacional.

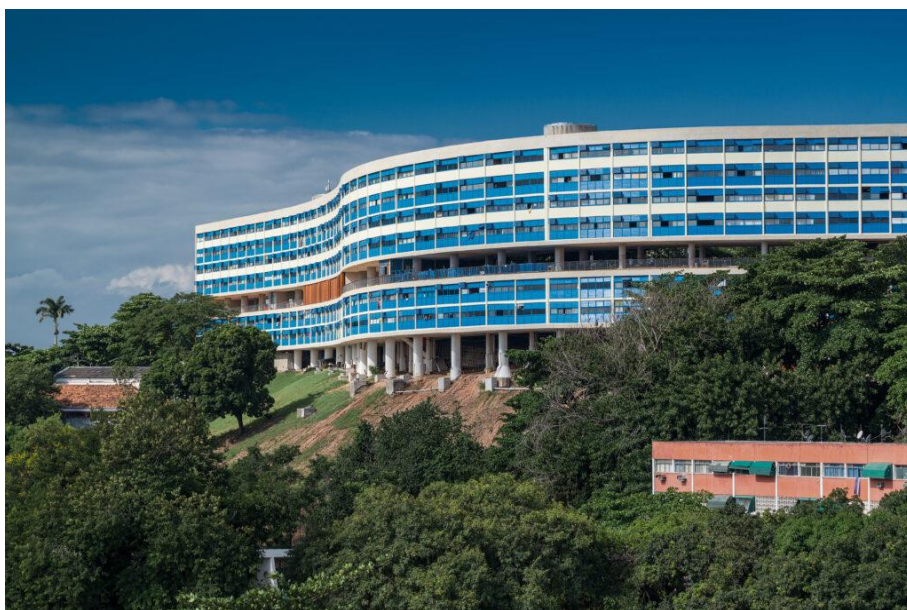
O processo de industrialização no Brasil gerou um grande fluxo da população do campo para os centros urbanos, a falta de moradia resultou na autoconstrução informal de loteamentos precários nas cidades. Com isso escolha de políticas públicas com foco na habitação se deu principalmente por meio da formação desordenada das favelas e das migrações maciças para as cidades. A necessidade de impulsionar uma política dirigida aos trabalhadores passa a ser uma exigência tanto para firmar a solução de compromisso com as massas como para montar uma estratégia de desenvolvimento econômico baseado na indústria e que requeria a definição de um horizonte de cálculo para os encargos trabalhistas das empresas capitalistas.

Premido pela necessidade de legitimar o poder político que passou a deter a partir da revolução de 30, Vargas teve de estabelecer uma solução de compromisso de novo tipo, já que nenhum dos grupos participantes do poder — classes médias, tenentes, oligarquias periféricas, etc. — podia oferecer as bases de legitimidade do Estado. Surge assim na história brasileira um novo personagem: as massas populares urbanas [...] (Bonduki, 1994, p. 716).

Nessa vertente, o Governo criou o primeiro programa de moradia de interesse social no Brasil através do Decreto-lei nº 9.777, de 6 de setembro de 1946, que estabeleceu bases financeiras para a Fundação da Casa Popular (FCP). Nesse período, surgiram conjuntos habitacionais que seguiam soluções, até então inéditas

no Brasil e incorporavam soluções da arquitetura moderna, inspiradas em arquitetos como Le Corbusier, como é o caso do Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes – conhecido como Pedregulho - Rio de Janeiro, 1951; e do Conjunto Habitacional IAPI Lagoinha - Belo Horizonte, 1950, figuras 03 e 04.

Figura 03 – Conjunto residencial Pedregulho – RJ



Fonte: The Architectural Review | foto Cezar Bareto, 2019

Figura 04 – Conjunto habitacional IAPI – MG



Fonte: Estado de Minas, foto Mirela Persichini

A proposta revelava objetivos surpreendentemente amplos que tinha o propósito de financiar obras urbanísticas de abastecimento de água, esgotos, suprimentos de energia elétrica, assistência social e outras que visava a melhoria das condições de vida e bem-estar das classes trabalhadoras, fomentado com verbas do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários (IAPI). No entanto o projeto não encontrou base de sustentação por possuir fragilidade e carência de recursos e desarticulação com os outros órgãos que, de alguma forma tratava da questão da política habitacional, culminando pela sua extinção em 1964.

No mesmo ano da extinção do FCP, com intuito de incentivo ao processo de industrialização das cidades, a modernização do meio rural, poupança e equilíbrio da sociedade, foi criada uma estrutura pró moradia em larga escala através do Plano Nacional de Habitação, Banco Nacional de Habitação (BNH) e o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFAU), pelo regime militar. O Governo do período consolidou o entendimento que um dos benefícios da casa própria, e tinha como objetivo dinamizar a economia e garantir o apoio político da massa desabrigada. O BNH constituiu um gestor e um financiador para uma política destinada a promover, especialmente para as classes de menor renda, a ampliação das oportunidades de emprego e dinamizar o setor da construção civil.

Em 1966, coordenados pelo BNH e com objetivo de financiar a casa própria, foi criado o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), e posteriormente em 1986 o BNH foi substituído pela Caixa Econômica Federal. Pela demanda e consolidação dos sistemas de financiamento foram produzidas cerca de 5 milhões de unidades habitacionais, edificadas por empreiteiros ou companhias públicas, como a Companhia de Habitação Popular (COHABS) ou Instituto Nacional de Orientação de Cooperativas habitacionais (INOCOOPs). No ano de 1988, foi promulgada a atual Constituição Federal que designou a moradia como direito fundamental do cidadão e descentralização do governo federal da responsabilidade habitacional.

A Constituição de 88 colocou as bases para uma nova forma de atuação no setor ao conceder maior autonomia para os municípios, que são, inclusive, colocados expressamente como componentes da Federação. O texto constitucional aborda a questão das cidades de modo explícito e define a divisão de competências entre os três níveis de governo, a partir de princípios como a descentralização administrativa e a participação popular, que passam a formar a moldura das intervenções públicas setoriais, incluída a política urbana nas suas diversas faces. Não obstante, ao contrário do que ocorre no âmbito da política de desenvolvimento urbano, que é

considerada matéria de cunho predominantemente municipal, a questão habitacional permeia todas as esferas da administração pública, sem que haja, no texto constitucional, uma definição mais precisa das responsabilidades de cada ente de governo. (Lorenzetti, 2001, p. 12)

Com a extinção do BNH em 1986 e sua substituição, o país entra em um período de “vácuo” das políticas públicas nacionais no âmbito habitacional. Esse propósito só foi retomado com a criação do Programa Minha Casa Minha Vida, em 2009 pelo governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva , por meio da Lei n.º 11.977 que deu início a uma nova fase da história da produção de habitação social no Brasileiro e segue como atual programa de habitação popular no Brasil.

4.2.2 Atual programa habitacional do governo Brasileiro

Um dos maiores sonhos dos brasileiros é a conquista da casa própria, há décadas que a Política Habitacional Brasileira promove modularidades em tentativa de proporcionar aos cidadãos, principalmente os de baixa renda, o devido acesso a essas realizações. O governo Brasileiro tem em vigor o programa habitacional Casa Verde e Amarela, que nada mais é do que uma reformulação do programa Minha casa minha vida (PMCMV) que tem como foco a regularização fundiária e a redução da taxa de juros, para aumentar o acesso dos cidadãos ao financiamento da casa própria. O PMCMV é a maior iniciativa de acesso à casa própria já criada no Brasil, o programa criado pelo Governo Federal busca facilitar a conquista da casa própria para as famílias de baixa renda. Além dos recursos, o programa diferente dos programas anteriores, tem a ideia de aumentar o volume de crédito para aquisição e produção de habitações, ao mesmo tempo em que reduz os juros. Com a criação do Fundo Garantidor da Habitação, foram fundeados planos para pagamento das prestações em caso de inadimplência por desemprego e outras eventualidades. As aquisições e escolhas são feitas de acordo a faixa de renda de cada família, como demonstra a tabela 01:

Tabela 01 – Concessões de benefícios pelo Minha Casa Minha Vida

RENDA MENSAL FAMILIAR	FAIXA DO MCMV	CARACTERÍSTICA
----------------------------------	----------------------	-----------------------

<i>Até R\$ 1.800,00</i>	FAIXA 1	Até 90% de subsídio do valor do imóvel. Pago em até 120 prestações mensais de, no máximo, R\$ 270,00, sem juros.
<i>Até R\$ 2.600,00</i>	FAIXA 1,5	Até R\$ 47.500,00 de subsídio, com 5% de juros ao ano.
<i>Até R\$ 4.000,00</i>	FAIXA 2	Até R\$ 29.000,00 de subsídio, com 6% a 7% de juros ao ano.
<i>Até R\$ 9.000,00</i>	FAIXA 3	8,16% de juros ao ano

Fonte: A autora, 2021

O PMCMV se divide em dois programas nacionais, o Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU) e o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR). O PNHU é direcionado a famílias com renda de até dez salários mínimos. Com os recursos do FGTS, famílias que obtêm entre seis e dez salários mínimos têm vantagens a condições especiais de financiamento imobiliário. Já o PNHR tem como objetivo a permissão de recursos aos agricultores rurais para a construção de moradia por meio da aquisição de material de construção. O recurso monetário para esse programa é proveniente do Orçamento Geral da União (OGU).

Percebe-se, portanto, que o PMCMV, da maneira como foi organizado, visa a implantar um subsídio governamental a ser utilizado pelas famílias de baixa renda das áreas urbanas e rurais, sendo que o montante de recursos disponibilizados para o PNHU é muito superior ao do PNHR, pois o déficit habitacional está mais concentrado nas regiões metropolitanas das grandes cidades. Salienta-se ainda que esses recursos podem ser utilizados pelos agentes financeiros para assegurar o equilíbrio econômico-financeiro dos empréstimos habitacionais concedidos para as classes sociais mais pobres. (Amico ,2010 p.46)

Pelo lado dos empresários da construção, o lançamento do programa foi um marco exultante. Os gestores, se colocaram claramente como os colaboradores e parceiros do programa. Já no âmbito dos atores ligados ao Fórum da Reforma Urbana e aos movimentos de moradia não se ouviram críticas passionais. Entre 1990 e 2000, a população brasileira cresceu 1,4%, e a das favelas mais de 4%. Então todo

investimento que agregue a isso será bem-vindo. E o programa Minha Casa, Minha Vida tem uma faceta interessante. Por causa da crise financeira, o Brasil teve um rombo terrível no nível de emprego no final do ano passado. E o programa contribuiu para reverter essa queda. É uma medida que merece aplausos. (MARICATO, 2009)

As observações apontadas por Maricato na citação acima indicam avaliações positivas do projeto no ponto de vista econômico, mas, ao lado dessas interpretações otimistas, análises especializadas em relação ao programa habitacional permitiram identificar algumas dimensões que, estariam sendo mal equacionadas. Com o aumento das construções de casas populares em grande escala escolhas econômicas se tornam soluções para redução de custos nas obras. É válido evidenciar os seguintes pontos:

- Má funcionalidade e acessibilidade – Ambientes que não atendem as necessidades de seus usuários;
- falta de espaço – áreas sem flexibilidade e ambientes reduzidos e limitados;
- a falta de conexão do programa com a política urbana;
- a ausência de instrumentos para enfrentar a questão fundiária;
- problemas de localização e segregação das zonas de implantação;
- privilégios excessivos ao setor privado;
- a baixa qualidade arquitetônica e construtiva dos empreendimentos;
- a descontinuidade do programa em relação ao Sistema Nacional de habitação de interesse social e a perda do controle social sobre a sua implementação;

É notório a importância do plano base do MCMV e que ele tenha cumprido a missão de manter elevado os níveis de investimentos no setor da construção civil, porém esse papel atribuído ao programa não dispensa considerar a sua efetividade no atendimento precípua das principais e reais carências habitacionais.

A forma de implantação dos conjuntos habitacionais provenientes de recursos do Minha Casa Minha Vida vem sendo alvo de muita discussão entre os arquitetos, urbanistas, geógrafos e economistas do país. Assim como na década de 60, estes continuam sendo construídos em áreas distantes, com casas ainda menores. O que se vê novamente é o problema habitacional brasileiro sendo tratado como meramente produção de casas, sem um planejamento que adeque localização, infraestrutura e padrão de moradia. (OLIVEIRA, 2013, p.42).

Diante do levantamento histórico da habitação e a correlação das modalidades do MCMV e a concentração da maior parte do déficit habitacional do país é relevante examinar os relacionamentos entre ambos. Obviamente não se pode cogitar que haja uma correspondência direta entre a produção das unidades habitacionais (UH) e a redução do déficit habitacional na mesma medida, no entanto, ressalta-se que, a princípio, no momento em que se oferece uma nova UH, não é levantado aspectos sociais, que inclui espaço habitado e infraestrutura urbana ou benefícios coletivos ao público-alvo, somente progresso físico e financeiro em grande escala. Saramago e Villa retratam esse discurso em uma afirmação, ao dizer que:

O problema habitacional brasileiro vai além da ineficiência do “modelo de morar mínimo”, na medida em que a periferação dos conjuntos habitacionais agrava a situação. Afinal, mantendo-se um padrão de implantação de casas isoladas em lotes localizados em áreas distantes, esse tipo de produção consolida um modelo de circulação e mobilidade dependente do transporte automotor, exigindo a organização de uma série de infraestruturas de apoio (vias de ligação, transporte coletivo, equipamentos educacionais e de saúde, entre outras). (SARAMAGO; VILLA, 2013, p. 02)

E em complemento a acessão citada acima o discurso de Rolnik e Nikano, expõe de forma tangível e esclarecedora as decorrências reversas que é gerada para a infraestrutura urbana.

O modo de produção de moradias populares para além dos limites da cidade tem consequências graves que acabam prejudicando a todos. Além de encarecer a extensão das infraestruturas urbanas, que precisam alcançar locais cada vez mais distantes, o afastamento entre os locais de trabalho, os equipamentos urbanos e as áreas de moradia aprofundam as segregações socioespaciais e encarecem os custos da mobilidade urbana. As longas viagens diárias entre a residência e os locais de trabalho ou de ensino congestionam as vias e os transportes coletivos, prejudicando a qualidade de vida coletiva. Ademais, o predomínio das opções sobre pneus – especialmente os automóveis que usam combustíveis fósseis e emitem gás carbônico – contribui para a poluição do ar, o aquecimento global e as mudanças climáticas, cujos efeitos já estão afetando milhões de pessoas no mundo inteiro. (ROLNIK; NAKANO, 2009)

Cabe ressaltar, já como uma conclusão preliminar que o programa apresenta, desde sua concepção, duas contradições que se articulam. Uma primeira ocorre entre os objetivos de combater a crise, estimulando a economia, uma segunda, decorrente do privilégio concedido ao setor privado como o agente fundamental para efetivar a produção habitacional, deixando de lado, ou em segundo plano, outras

alternativas de produção baseadas na produção pública ou na autogestão, coletiva ou individual.

Por sua vez, conseguimos revelar com forte segurança que o MCMV tem fraca aderência às estratégias de enfrentamento do déficit habitacional, o que o distancia num primeiro momento de uma política habitacional stricto sensu, especialmente de habitação de interesse social. (Krause, Balbim, Neto, 2013, p. 46)

Em um país com profundos contrastes regionais, sociais, econômicas e uma enorme pluralidade cultural, o MCMV manifesta-se como um padrão único de produção a grande escala, cuja imagem predominante tem fraca aderência às estratégias para solução do déficit habitacional, que possui uma discrepância e não consegue ser suprido por uma técnica fordista de construção, especialmente de habitação de interesse social.

11 PROBLEMÁTICAS DA HABITAÇÃO E SOLUÇÕES CONCEITUAIS

A habitação satisfaz, no meio social um conjunto de funções, como a de abrigo e reprodução da família, sendo também um elemento fundamental na idealização da personalidade individual, de integração social e de socialização dos habitantes.

A qualidade habitacional exerce condições de habitar e desempenhar as atividades que necessitar, ou seja, deve oferecer todas as condições de habitabilidade, funcionalidade e bem-estar, a habitação influencia de forma direta e em diversos aspectos o cotidiano dos moradores, marcando profundamente a sua qualidade de vida, as suas expectativas e possibilidades de desenvolvimento futuro. ela deve ser projetada com o objetivo de ser potencialmente habitável para acompanhar a evolução de vida do indivíduo que habitará, independentemente das circunstâncias.

No entanto, questões que são comuns nesse âmbito da habitação que contêm o dimensionamento reduzido como as habitações de cunho social, é: como garantir qualidade em detrimentos da funcionalidade, habitabilidade, metodologia e flexibilidade e a essas moradias?

Soluções conceituais para esse tipo de problemática é dado através da escolha estratégica da zona de intervenção onde é analisado as principais dificuldades e insuficiências dos usufruidores e na elaboração hábil de projetos arquitetônicos que levem em conta os aspectos funcionais da construção e das

necessidades do indivíduo de ter segurança e bem-estar em seu lar. Ou seja, analisar quais as necessidades e anseios do usuário, as atividades a serem desempenhadas no espaço e as funções no modo de viver dentro da realidade cotidiana é essencial para solucionar problemas frequentes da habitação social.

Para tais soluções é essencial uma vasta avaliação e necessário uma clareza sobre o que gera essas problemáticas nesse âmbito e qual o seu nível, onde é relacionado o desempenho espacial e soluções de projeto. A qualidade funcional das edificações (seja para uso residencial ou para outro fim) é um ponto consideravelmente importante. Voordt & Wegen (2013) apontam que “A edificação funcional é aquela adequada às atividades para as quais foi prevista. Quem está dentro da edificação tem de ser capaz de agir com eficiência, conforto, salubridade e segurança.” Para eles a qualidade funcional pode ser dividida em nove aspectos: Acessibilidade, Eficiência, Saúde e bem-estar físico, orientação espacial, Territorialidade e contato social, Sustentabilidade, Segurança e facilidade de acesso viário e estacionamento. Já a qualidade da habitação, é relacionada a satisfação residencial podem ser abordadas em dois níveis, o primeiro refere-se aos espaços e compartimentos da habitação, já o outro parte da concepção do conjunto edificado para a configuração do espaço público e urbano.

A qualidade de vida dos moradores em uma habitação está diretamente relacionada à amplitude dos espaços habitacionais. Quando a moradia tem características inferiores a determinados limites, as condições de saúde e segurança dos moradores ficam expostas a riscos. (KENCHIAN, 2011, p. 38).

A qualidade técnica metodológica avalia atributos objetivos tais como os materiais, técnicas construtivas e seus respectivos desempenhos e a qualidade habitacional entra em um espectro mais abrangente e subjetivo, o qual leva em consideração “o atendimento à satisfação das necessidades sociais, do bem-estar e da qualidade de vida do ser humano em relação à habitação”. (VILLA, 2008, p. 137-8) O mecanismo da flexibilidade é apoiado como solução a partir das novas dinâmicas familiares para atender a diversidade de tipos de habitação, e a partir disso aumentar a qualidade dos projetos habitacionais. A regra de flexibilidade é a existência de espaços com a mínima hierarquia aceitável, de áreas compatíveis às

atividades exercidas, mas de modo que cada grupo possa apropriar-se do espaço de maneira diferente.

O conceito de qualidade nesse âmbito não deve ser restrito somente à moradia, mas envolver também à qualidade da cidade, do projeto e do seu protagonismo no espaço exterior urbano. Esses fatores também contribuem para o aprofundamento da adequação e da satisfação residencial e a regeneração urbana apostando na riqueza espacial do micro urbanismo. O avanço nesse conceito que envolvendo a cidade na esfera da habitação social, contribui para a integração urbana e a diversidade das misturas socioculturais fazendo com que a cidade e a habitação tenham verdadeiro interesse social. É relevante para uma concepção qualitativa da habitação a concepção “terceiros espaços”, que sejam acolhedores, úteis e diversificados, onde seja também possível o convívio espontâneo dos habitantes, podendo ser espaços fechados ou abertos e por meio dele estimular a relação da vizinhança e enriquecer a paisagem urbana. É importante quando os espaços forem externo a presença da natureza para se criar vizinhanças urbanas sustentáveis e que amenize o impacto da agitação da cidade, trazendo-a para uma escala mais humana que é de certa forma mais agradável e tangível. Diante desses aspectos conceituais da moradia e sua importância qualitativa foi selecionado dos estudos de caso que representam em alguns aspectos e pontos esse tipo de ideia na concepção da habitação popular, e propiciará a referência na prática projetual desse estudo.

5.1 ESTUDO DE CASO NACIONAL | PEDREGULHO

Para o estudo de caso de habitação social de referência nacional foi escolhido o projeto do Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes que é uma referência da arquitetura moderna brasileira por sua estética sinuosa, obra prima da arquitetura social no país, ilustrada na figura 5. Conhecido popularmente como Pedregulho, foi projetado pelo arquiteto Affonso Eduardo Reidy em 1947 para abrigar funcionários públicos do atual Distrito Federal.

O tema “habitação social” era pouco discutido naquela época, e ter uma vida harmônica e coletiva era novidade, pois todos tinham em mente a ideia de casa própria. Já Reidy tinha a ideia de que uma habitação social devia estar agregada a família. (Higa, Sartor, 2014, p. 5)

Figura 5 – Fachada Pedregulho

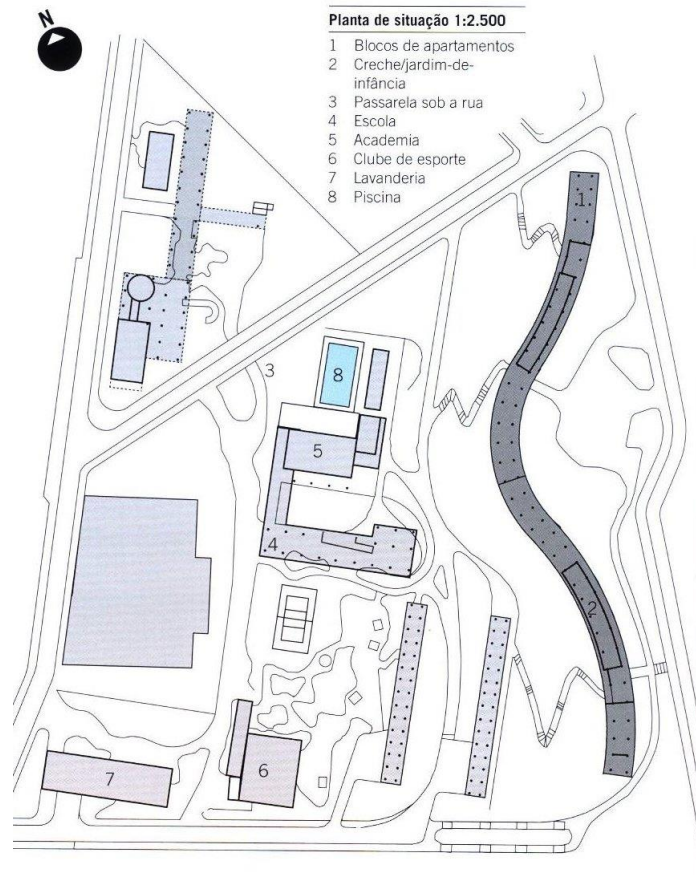


Fonte: Site prancheta de arquiteto, 2015

Localizado no bairro de São Cristóvão, Rio de Janeiro, o complexo abriga blocos residenciais e áreas comuns como: jardim-de-infância, maternal, berçário, escola primária, mercado, lavanderia, centro sanitário, quadras esportivas, ginásios, piscina, vestiários e centro comercial. Com 328 unidades, cada obra é definida por um volume simples, integrado a um conjunto mais amplo, onde a forma indica a diferença de funções: o paralelepípedo destina-se aos prédios de habitação residencial; o edifício em forma de prisma trapezoidal aos edifícios públicos; e as abóbadas, às construções para uso esportivo. As alturas variáveis constituem outra solução original empregada em função dos desníveis do solo.

O conjunto é distribuído em um espaço de 52.142 metros quadrados com 50 metros de desnível, e é dividido em sete edificações dos quais três são residenciais, quatro são de serviços, incluindo a piscina e a área de lazer. Essa disposição pode ser visualizada na figura 6, que especifica de forma clara a setorização de cada edifício.

Figura 6 – Planta de situação Pedregulho



Fonte: The Urban Earth, 2009

A peça-chave do conjunto é o grande edifício construído no alto que acompanha as condições naturais do grande terreno, como é possível analisar na figura 7 em vista satélite da implantação do lote. Esse bloco recuado, sobre pilotis cilíndricos, de planta serpenteada, favorece a ventilação, além de proporcionar uma área para recreação sob os pilares, na qual as crianças residentes podem brincar, ao invés de ficarem nos corredores, vista na figura 8.

Figura 7 – Localização Pedregulho



Fonte: google Earth, 2008

Figura 8 – Visão Pilotis

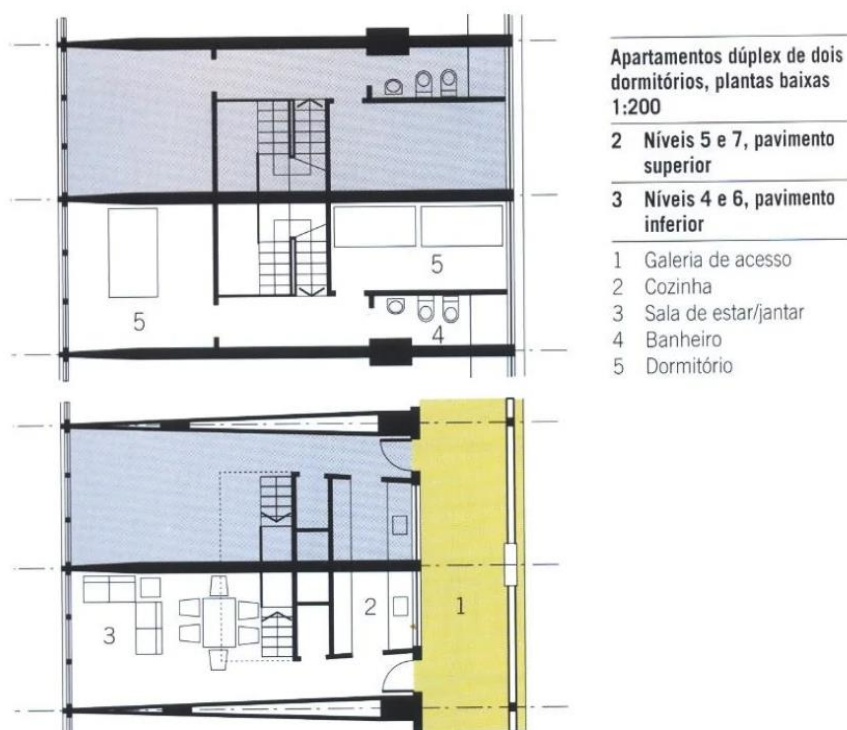


Fonte: Hidden architecture, 2018/

O conjunto possui 7 pavimentos que se curvam para acompanhar as mudanças de nível do terreno. Todos os acessos verticais são por escadas, por isso o edifício não possui elevadores, logo os acessos estão no 4º pavimento, onde duas

passarelas se conectam na parte mais alta do pavimento térreo ao morro. O 4º pavimento possui uma abertura parcial e nele se encontra o parque infantil, salas de administração municipal e uma escola infantil. Nos níveis inferiores estão inseridos os apartamentos menores que possui um quarto, e nos 4 pavimentos superiores possuem apartamentos duplex, normalmente com 2 quartos, apresentados nas figuras 9 e 10. Os corredores de acesso são largos e todos os ambientes internos contêm janelas, que permitem a ventilação cruzada dos setores.

Figura 9 – Planta tipo 1



Fonte: The urban Earth, 2009

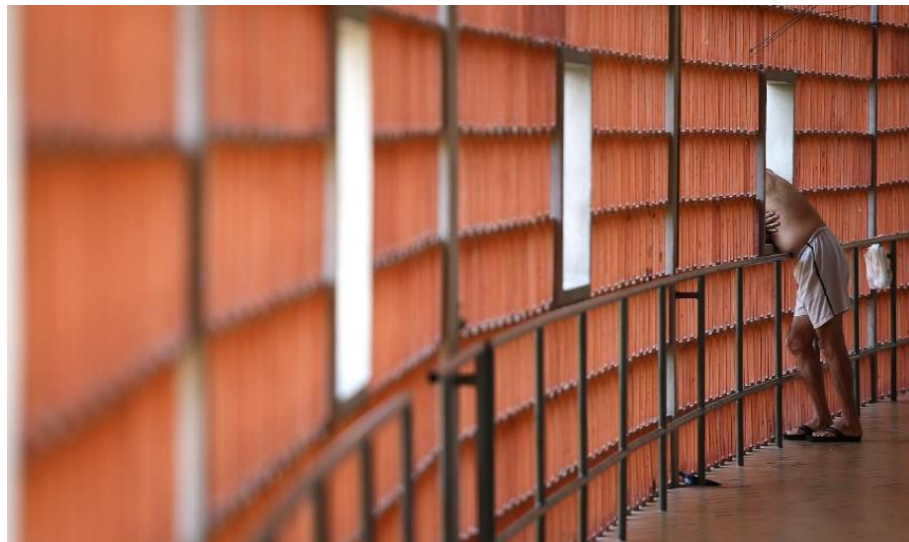
Figura 10 – Planta tipo 2



Fonte: The urban Earth, 2009

Avaliada as condições financeiras dos futuros residentes, para amenizar nos gastos com energia elétrica, foi executado um corredor externo fechado com cobogós (elementos vazados), exibido na figura 11, que contribuiu para a iluminação e ventilação natural do corredor. A cozinha dos apartamentos é direcionada para esses corredores que recebe também essa iluminação e iluminação, e os banheiros ganham aberturas para o exterior do edifício.

Figura 11 – Cobogós pedregulho



Fonte: Noticias uol, 2015

O Pedregulho foi um grande projeto revolucionário na década de 40, nele Reidy conseguiu mesclar a particularidade de cada conjunto familiar junto com a rotina diária em uma forma de convívio social. Os apartamentos possuem as mesmas características, praticidade e funcionalidade para seus diferentes

moradores e os ambientes comuns de convívio e serviço serviram para redimir as carências que os moradores demandavam. A obra, a propósito, sofreu algumas falhas com a falta de verbas para a construção, e alguns retornos precoces que levou ao rápido estado de degradação física de muitas partes do edifício, porém é notório o conceito utilizado para a elaboração do complexo tanto em no partido arquitetônico quando na ideia funcional e social do projeto.

5.2 ESTUDO DE CASO INTERNACIONAL – DORTHEAVEJ RESIDENCE

Para o estudo de caso de habitação social de referência internacional foi escolhido o projeto Dortheavej Residence. Projetado pelo escritório de arquitetos Bjarke Ingels Group [big], a obra está localizada em Copenhague, Dinamarca, ilha de Zelândia – figura 12. o edifício com área de 6800 m² foi iniciado no ano de 2013 e concluído em 2018 recebendo logo após a sua conclusão o prêmio das associações dinamarquesas de arquitetos lille arne award 2018.

Figura 12 – Localização do projeto

Localização do Projeto

Endereço: Copenhague, Dinamarca



Fonte: Google Maps, 2018

O escritório BIG foi desafiado à desenvolver um projeto de habitação social de 5 pavimentos que contemplasse também espaços públicos na área, integrando-os aos passeios e a área verde adjacente. Para essa obra o grupo de arquitetos

foram contratados pela associação dinamarquesa de habitação social Lajerbo, uma instituição sem fins lucrativos idealizada pelo urbanista dinamarquês Jan Gehl.

Projetos de habitação social são desafiadores devido às suas restrições orçamentárias. Procuramos incorporar técnicas construtivas modulares com materiais simples de forma a criar espaços generosos tanto na escala urbana quanto dentro das unidades. Estes elementos pré-fabricados foram então empilhados de forma a criar um espaço extra entre eles, proporcionando um metro extra de pé direito na sala, tornando os espaços de uso comum surpreendentemente espaçosos. O movimento da fachada faz com que cada um dos módulos das áreas de estar abram-se mais para o pátio, incorporando um novo pátio frontal a medida que se afasta da rua para expandir o passeio público que se transforma em praça. Restrições econômicas geralmente são sinônimos de escassez - em Dortheavej, conseguimos reverter esta tendência, criando espaços de qualidade tanto para os indivíduos quanto para a comunidade. (ArchDaily Brasil, 2018)

O módulo de 66 apartamentos resulta de uma estrutura pré-fabricada bastante simples. Concebido como uma parede de cheios e vazios, revelado na figura 13, o edifício para moradores de baixa renda curva-se suavemente em seu centro acolhendo uma nova praça pública junto à rua de tem-se o acesso pelo lado sul do terreno e possui um pátio verde que server como ambiente de convívio e área de lazer comunitária junto a fachada norte acesso no lado sul e um pátio verde acolhedor junto à fachada norte. No térreo o edifício permite que, tanto os moradores quanto os transeuntes possam atravessar livremente a praça e acessar o jardim posterior.

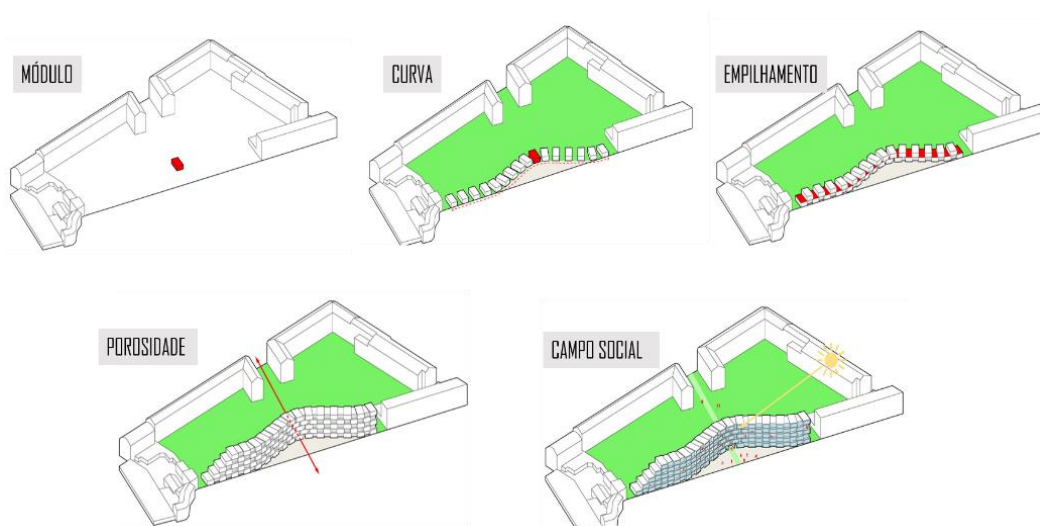
Figura 13 – fachada Dortheavej Residence



Fonte: Archdaily, 2018

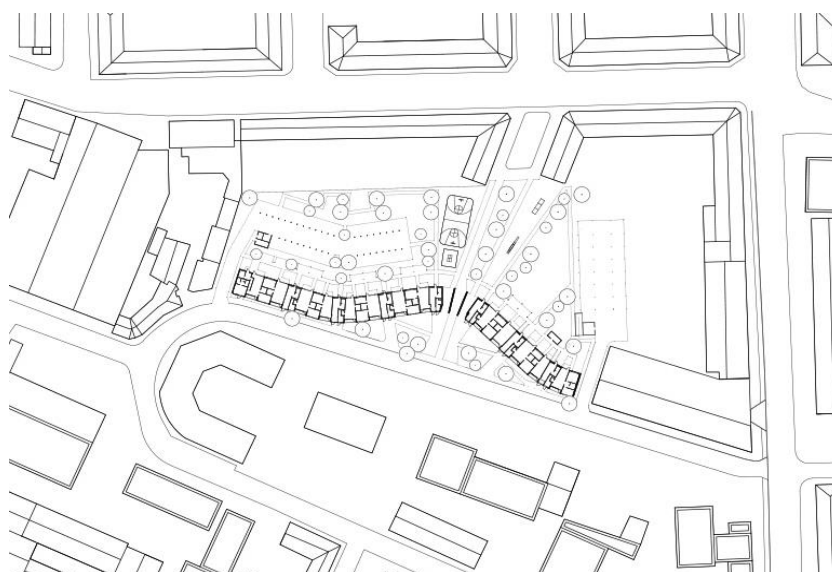
A obra foi fundada a partir de um elemento simples, esse elemento é repetido ao longo de uma leve curva de forma horizontal no terreno, esse sistema de composição define um pátio para o bloco urbano e introduz uma praça pública em direção à rua. o componente é empilhado ao longo da curva criando espaços intersticiais de pátios quadrados elevado à altura do entorno. Uma passagem no nível térreo permite o fluxo público entre a praça e o pátio, esse sistema combina um valioso espaço público com unidades de habitação social orientadas idealmente, esse conceito pode ser identificado no diagrama da figura 14 e na planta térrea da figura 15.

Figura 14– Diagrama | Conceito construtivo



Fonte: Archdaily, 2018

Figura 15– Planta baixa situação



Fonte: <https://miesarch.com/work/3924>

Grandes aberturas do piso ao teto permitem uma ampla iluminação natural no interior das unidades além de proporcionar vistas para o pátio do prédio ou para o bairro. O tamanho dos apartamentos varia de 60 a 115 m² e os materiais empregados são bastante simples: madeira, concreto e uma paleta de cores claras para os demais revestimentos, detalhes apresentados na figura 16.

Figura 16– Vista interna



Fonte: Archdaily, 2018

A obra do escritório BIG possui uma concepção intrigante da habitação de interesse social, ela conseguiu criar moradias seguras, sustentáveis e funcionais que contrastasse a particularidade do edifício sem perder o essencial da modéstia simples dos residentes. Mesmo com um orçamento sucinto e rigoroso, o projeto alcançou qualidades excepcionais para os interiores e fachadas, com materiais “comuns” da construção civil. Foi enfatizada claramente a beleza estética da arquitetura e a polivalência dos elementos funcionais.

6. PROPOSTA PROJETUAL

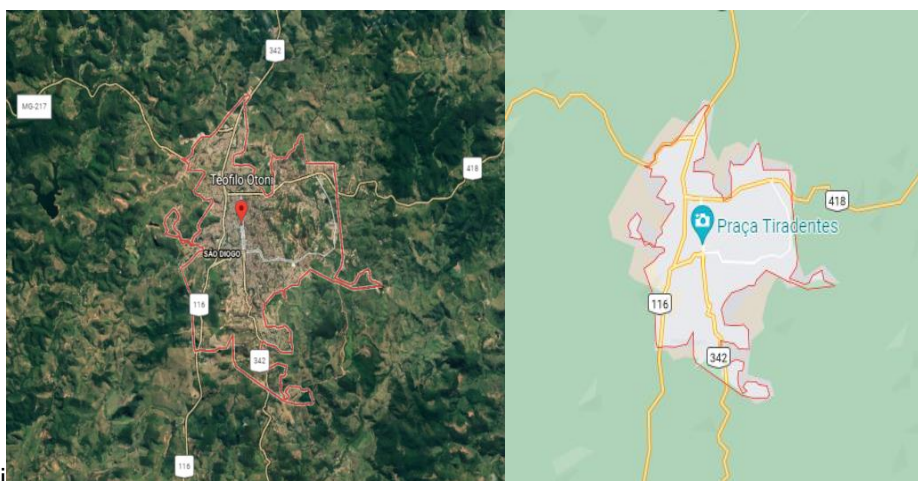
Diante de toda busca teórica e justificativa do interesse do tema trabalhado para a área da arquitetura e urbanismo, a aplicação do conteúdo na prática projetual

é de suma importância para a compreensão tangível do tema. Os itens desse capítulo se segmentará no estudo de uma proposta projetual voltada para habitação de interesse social onde o foco se centralizará na necessidade de uma zona específica, levando em conta todos os aspectos necessários para aplicação do projeto.

6.1 A CIDADE

A cidade de Teófilo Otoni, polo escolhido para implantação da proposta está localizado no Nordeste de Minas Gerais, no Vale do Mucuri, a uma distância de 450 Km da capital mineira. Na figura 03 é apresentada sua marcação geográfica, estima-se que sua área é de 3.247,20 km²

Figura 12 - Marcação Geográfica Da Cidade De Teófilo Otoni



Fonte: Google earth | Google maps

O ano de sua fundação foi em 1853 e sua emancipação municipal foi em 07 de setembro de 1878, a cidade foi nomeada em homenagem ao seu fundador Teófilo Benedito Otoni. Até o ano de 2010, último censo realizado pelo IBGE, sua população estimada é de 134.745 habitantes, apresentando, assim, uma densidade demográfica de 41,56 hab/km² - segundo dados estimados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística do IBGE. Os rios que drenam o município pertencem à Bacia do Rio Mucuri. São rios de grande importância, tanto do ponto de vista econômico quanto social, tem-se como referência principal o Rio Todos os Santos que corta o centro comercial da cidade, como é notado na figura 13.

Figura 13 – Cidade De Teófilo Otoni Visão Aérea



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=jNF4LmnUles>

As principais rodovias que constituem a cidade são a BR-116, BR- 342, BR-418, MG-217 e MG-409. Os dados da Instituto de Geociências Aplicadas (IGA) indicam que o município de Teófilo Otoni apresenta uma altitude máxima de 1.138 m, na divisa com o município de Carai - MG. A menor cota altimétrica, por sua vez, é registrada na Foz do Córrego São Julião, com 366 m, A temperatura média anual está em torno de 22,4°C, oscilando com média máxima anual próxima de 29,3° C e média mínima de 17,5° C. Apresenta um índice pluviométrico de aproximadamente 1059,9mm.

6.1.1 Análise da estrutura Urbana, econômica e social

Teófilo Otoni possuía, em 2000, um total de 33813 domicílios, dos quais 26488 (78%) estavam localizados na área urbana, e 7325 (22%) estavam localizados nos distritos. Em termos das grandes categorias, havia 477 domicílios coletivos, 300 dos quais na área urbana. As residências particulares improvisadas totalizavam apenas 142 unidades, 84 dentro da área urbana, 58 na rural.

A maioria absoluta dos domicílios enquadra-se na categoria “Domicílios particulares permanentes”, que abarca - em sua grande asa - boas e más qualidades do morar. Uma categorização importante para a análise da situação habitacional é o tipo de posse do domicílio. Deste ponto de vista, 71% dos domicílios permanentes do

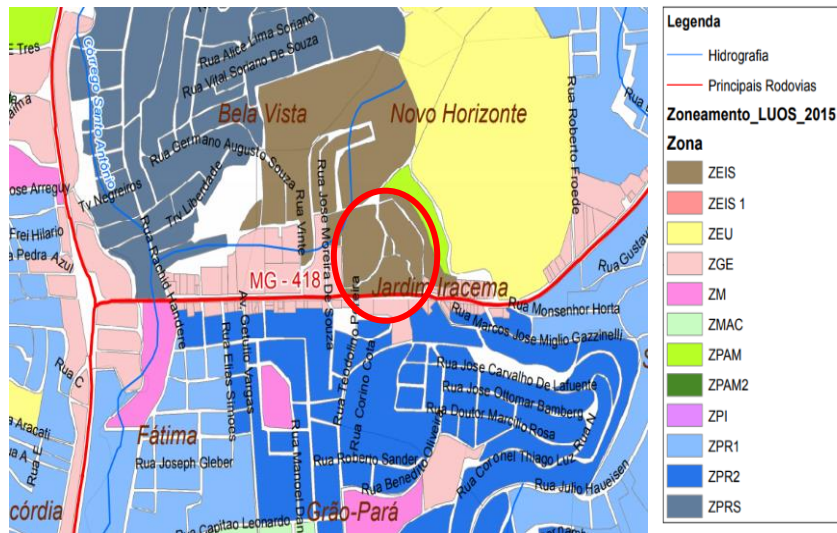
município eram próprios em 2000, 15% eram alugados, 14% eram cedidos ou ocupados. O grupo “cedidos/ocupados” é forte indicativa de debilidade da posse, ou seja, precariedade da moradia, a qual, pelos percentuais, era muito alta. Ao diferenciarmos os dados pelas áreas rural e urbana, vemos que a maior contribuição em termos de precariedade da posse é rural.

O aspecto contrastante da realidade do vale do Jequitinhonha/Mucuri é uma das características principais da visão econômica e social da região. De um lado a riqueza vinda das potencialidades mineradoras, de seu patrimônio histórico e cultural, que é referência para o estado e país, de outro lado, a extrema pobreza em que vive grande parte da população. Todos os municípios, inclusive Teófilo Otoni apresentam graves problemas nas áreas de saúde, saneamento e educação. O Vale do Mucuri é conhecidamente uma região que apresenta um elevado grau de sub desenvolvimento, marcado pelo alto analfabetismo, pela ocorrência de diversas doenças endêmicas e pelo baixo nível de renda. O processo de empobrecimento dessa localidade representa o enfraquecimento das atividades primárias. Além disso, o Vale do Jequitinhonha/Mucuri apresenta uma integração frágil com a economia mineira, pois se localiza na região de transição entre a área de influência de Belo Horizonte e o Nordeste Brasileiro, estando à margem dos eixos de desenvolvimento. Todas essas adversidades causaram um esvaziamento demográfico na região ao longo das últimas décadas, notadamente no meio rural, gerando em alguns municípios de pequeno porte a ocupação de áreas periféricas com perfil de estrutura urbana precário, como é o caso de algumas localidades no município de Teófilo Otoni.

6.2 ESCOLHA DA ZONA DE INTERVENÇÃO

A cidade não dispõe de um plano diretor regulamentado, porém, possui propostas administrativas de zoneamento urbano e a escolha dessa zona partiu desse estudo. A figura 14 apresenta um recorte da planta mapeada desse estudo de zoneamento da cidade, ela exemplifica por cores essa separação específica das áreas. A zona escolhida levou em consideração aspectos importantíssimos para implantação da proposta como a localização dentro do perímetro urbano, área não segregada, proximidade aos pontos comerciais da cidade território com déficit habitacional visível.

Figura 14 – Estudo De Zoneamento



Fonte: Arquivos da prefeitura da cidade, 2015

Para a escolha do sítio de implantação foram observados itens que permitissem caracterizar a áreas e a dinâmica do projeto no espaço. Através de análises e estudos foi escolhido a região localizada na Avenida Sidônio Otoni – BR 418, no bairro Joaquin pedrosa, de frente ao hipermercado Coelho Diniz (Figuras 15 e 16 e 17). A avenida possui um grande fluxo de veículos e comércio e foi um ponto forte para a escolha por também abrigar em seu entorno um complexo residencial que possui construções precárias e em situação de risco. O lote selecionado possui atualmente construções edificadas, a ideia da intervenção é reestruturar o espaço com um novo panorama, melhorar a poluição visual da região, amparar os residentes das moradias precárias das proximidades nesse novo complexo residencial projetado.

Figura 15 – Localização do terreno



Fonte: Google Earth, 2020

Figura 16– Foto do local 01



Fonte: A autora, 2021

Figura 17 – Foto do local 02



Fonte: A autora, 2021

6.2.1 Diagnóstico Do Entorno

O diagnóstico do entorno é uma técnica sistemático que analisa o entorno da zona em estudo através de pesquisas sobre os usos do solo urbano e/ou rural. Esse método registra e identifica com facilidade as funções e habitabilidade das edificações das redondezas e coletados elementos que podem gerar estudos comparativos para futuras intervenções. O uso do solo da zona em estudo é constituído atualmente por usos diversificados, porém com predominância do uso habitacional (ver figura 18). Entretanto, os usos do tipo comercial e misto encontram-se bem próximos da área de estudo, o que torna a área uma extensão de grande fluxo viário tanto por estar localizado em uma das principais Brs da cidade quanto por ser um trecho de grande movimentação comercial.

Figura 19 – Análise de S.W.O.T

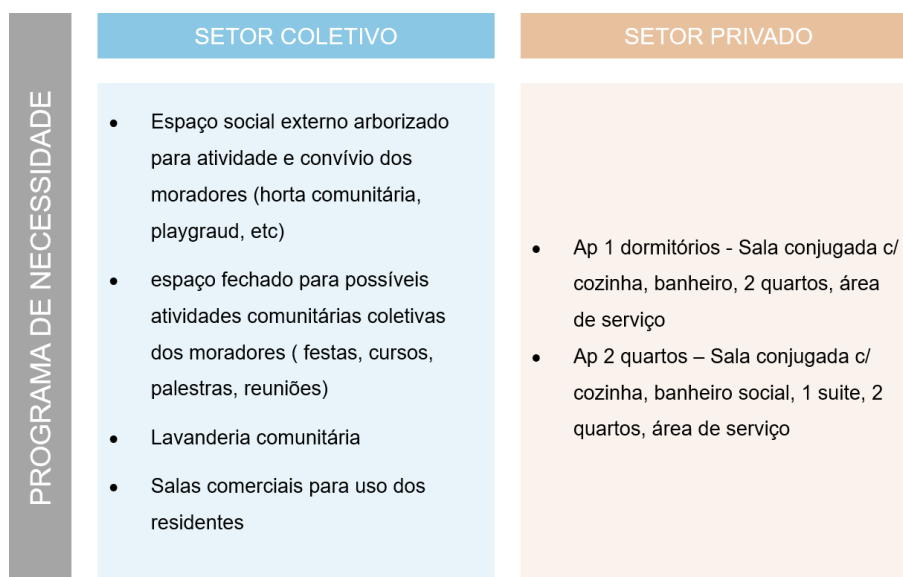
DIAGNÓSTICO S.W.O.T			
FORÇAS	FRAQUEZAS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> Zona não segregada da cidade Proximidade com o comércio e centro urbano Mobilidade transitável e fácil acesso a transporte coletivo público 	<ul style="list-style-type: none"> Área Edificada Topografia do entorno como barreira Via muito movimentada e sem faixas Vizinhança periférica 	<ul style="list-style-type: none"> Atender a necessidade habitacional dessa zona Possibilitar uma melhoria na estética da entrada da cidade Gerar através do espaço de uso público qualidade de vida aos futuros residentes e moradores dos arredores 	<ul style="list-style-type: none"> adaptação a modalidade de conjunto Habitacional Marginalização da área pública Contrito visual com as residências vizinhas

Fonte: A autora, 2021

6.3 PROJETO – ESTUDO PRELIMINAR

A partir de todo o histórico enfatizado no estudo bibliográfico e o levantamento realizado a respeito da cidade e da zona de intervenção, o estudo preliminar é a próxima etapa, e como princípio desse estudo, foram levantadas concepções projetuais que estabelecessem as necessidades e os objetivos desde o micro (indivíduo) ao macro (cidade). As diretrizes iniciais foram estabelecidas através do programa de necessidade (Figura 20) que foi dividido em dois setores, sendo eles o coletivo e o privado. O coletivo configura a necessidade comum dos residentes, que envolve tanto o lazer quanto questões comunitárias. Já o privado diz respeito à moradia por si só. No setor privado foi estabelecida duas tipologias de apartamento considerando a realidade das famílias que irão usufruir do ambiente.

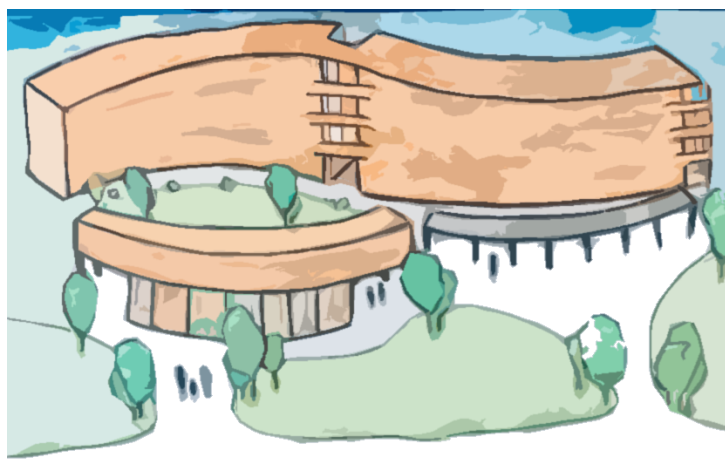
Figura 21 – Programa de necessidade



Fonte: A autora, 2021

A concepção do programa de necessidades possibilitou o estudo da inserção volumétrica dentro do terreno, e de como esse volume agiria no espaço. O terreno possui partes declinadas e planas, porém, como partido da idealização do espaço o projeto foi implantado no nível 0 que possibilita o acesso principal na avenida Sidônio Otoni, (figura 23) com melhor localização e proximidade a infraestrutura urbana. No espaço em declive trabalhou-se com o talude verde, que possui uma estabilidade e fornece maior segurança e contribui para uma composição esteticamente mais agradável. A idealização volumétrica (figura 22) partiu dos princípios referenciados pelos estudos de caso dessa tese e pela pretensão de elaborar um conceito que diferencia os habituais modelos construtivos de habitação social que atualmente o Brasil possui, tanto na percepção volumétrica quanto no fluxo dentro do espaço e dos setores nele estabelecido. A ideia geral foi trabalhar os volumes em uma concepção de ambiente aberto e conceito livre, sem segregar os blocos ou “aprisionar” moradores em estruturas de concreto Os volumes arqueano com linhas sinuosas contorna o terreno e possibilita a concepção de caminhos que abraçam todos os setores e desempenha um conceito de fluididade para quem transitar pelos acessos.

Figura 22– Croqui | Estudo Volumétrico



Fonte: A autora, 2021

Figura 23– Planta de implantação

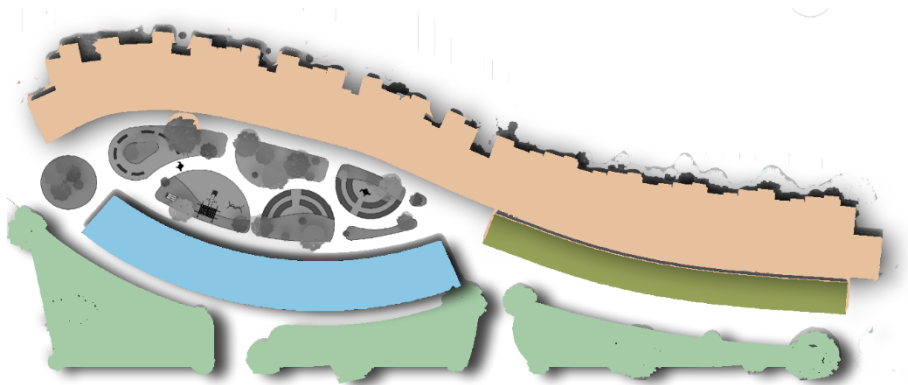


Fonte: A autora, 2021

Na figura 22, está estabelecida a setorização de cada bloco volumétrico. O edifício residencial está posicionado no espaço posterior a entrada do terreno, em razão da privacidade e conforto dos residentes considerando a movimentação urbana de veículos e pedestres. O setor comercial foi posicionado de forma estratégica com fachada próxima a BR e sobre ele no primeiro pavimento está localizada a lavanderia comunitária para uso dos moradores e o espaço de atividades comunitárias acessado por uma rampa (compreensão no anexo 1). O Pátio interno é a solução para o convívio comum e lazer dos moradores, ele foi dividido por amebas e nelas possuem equipamentos para atividades como o

playground para as crianças, bancos e hortas comunitárias vegetações e arvores frutíferas. No espaço rente a avenida foi constituído um afastamento em área verde com vegetações e arvores de grande porte para conforto térmico e acústico moradores e composição visual da fachada.

Figura 24 – Setorização geral



Fonte: A autora, 2021

Para idealização de um projeto de habitação de interesse social, o arquiteto deve considerar possibilidades de melhor e maior custo benefício, tanto dos moradores quanto das empresas ou órgãos responsáveis pela construção, pois é um investimento de baixo retorno financeiro. Na elaboração desse estudo foi pensada de forma táctica soluções que, viabilizassem a estética e funcionabilidade desse programa sem atribuir um conceito exorbitantemente desproporcional para o empreendimento. Pode-se observar na figura x, a representação gráfica da fachada dos dois blocos volumétricos. O concreto aparente contrastou com o revestimento em cobogós contribuindo para uma fachada simples harmônica.

Figura 25 – fachadas



Fonte: A autora, 2021

No anexo 1 foi especificado os demais detalhes da composição projetual especificando as plantas e detalhes do projeto.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo o embasamento teórico e o estudo da prática projetual permitiu uma visão da importância e compreensão das dimensões sociais e econômicas da classe desfavorecida na sociedade. O estudo teve como objetivo elucidar sobre a importância e valorização da habitação no âmbito social. A qualidade de vida é um conceito extremamente amplo que envolve muitos fatores, principalmente a habitação, o lar é o espaço em que se conecta, aprende, cresce e formula o indivíduo que é projetado na cidadania. A arquitetura social possibilita essa interligação entre o ser e o seu espaço e contribui para a melhoria de vivência e da posse dos direitos do cidadão.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

RANGEL, H.M (2011). **O direito fundamental à moradia como mínimo existencial e a sua efetivação à luz do estatuto da cidade**, mestrado em ordem jurídica constitucional pela universidade federal do Ceará p. 58. Disponível em: <http://www.domhelder.edu.br/revista/index.php/veredas/article/viewfile/77/132> Acesso em 10 de julho de 2021.

LORENZETTI, M. S. B. **A Questão Habitacional no Brasil**. Consultoria Legislativa da Área XIII. Desenvolvimento Urbano, Trânsito e Transportes. Brasília, DF. Julho de 2001.

MINAYO, M.C.S; HARTZ, Z.M.A; BUSS, P.M. (2000) . **Qualidade de vida e saúde: um debate necessário.** Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/20545>. Acesso em: 09 de jun de 2021.

SILVA, José Fernando Siqueira. **Violência e desigualdade Social: desafios contemporâneos para o serviço social**. Ser social, Brasília, N.9 P. 31 – 58, Jul/Dez 2006

SOUZA, Amaury (Org.). **Qualidade de vida urbana**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

Desigualdade no Brasil cresceu (de novo) em 2020 e foi a pior em duas décadas. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/2021/06/23/desigualdade-no-brasil-cresceu-de-novo-em-2020-e-foi-a-pior-em-duas-decadas> Acesso em 20 de julho de 2021.

Herculano, Selene et al. (org.). **Qualidade de Vida e Riscos Ambientais**, Niterói: Eduff, 2000

Arquitetura social: todos têm direito à habitação. Cau/RS. Disponível em:<https://www.caus.gov.br/arquitetura-social-todos-tem-direito-a-habitacao/>
Acesso em: 20 de jun de 2021.

Desigualdade social: o que é, origem, como combater, dados e outras dúvidas. Uol. Disponível em:
<https://www.uol.com.br/ecoa/faq/desigualdadesocial.htm#:~:text=A%20desigualdad e%20social%20%C3%A9%20a%20diferen%C3%A7a%20entre%20as,a%20educa %C3%A7%C3%A3o%2C%20sa%C3%BAde%2C%20cultura%20e%20oportunidad es%20de%20trabalho.> Acesso em: 09 de jun de 2021.

FAGGIONATO, S. **Percepção Ambiental.** Disponível em:
http://educar.sc.usp.br/biologia/textos/ma_txt4.html. Acesso em 20 de mai 2021.

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil.** Disponível em:
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/470900/mod_resource/content/1/Origens%20da%20habita%C3%A7%C3%A3o%20social%20no%20Brasil.pdf Acesso em : 15 de agosto 20210.

VILLA, SARAMAGO, BORTOLI, PEDROSA. **A INEFICIÊNCIA DE UM MODELO DE MORAR MÍNIMO: análise pós-ocupacional em habitação de interesse social em Uberlândia-MG** Revista eletrônica de Geografia, v.5, n14.p121-147, out,2013.

ROLNIK, R.; NAKANO, A. K. **Direito à moradia ou salvação do setor?** Folha de S.Paulo, p. A3-A3, 14 mar. 2009.

LOGSDON, L ; AFONSO, S; OLIVEIRA, R. A Funcionalidade e a Flexibilidade como Garantia da Qualidade do Projeto de Habitação de Interesse Social. Rio De Janeiro: SBQP, 2011.

BENETTI, Pablo. **Habitação social e cidade: Desafios para o ensino de projeto.** Editora: Estação Rio book , 2012.

WEIMER, Günter. **Arquitetura popular brasileira.** Editora: E WMF Martins Fontes, 2012.

TRAMONTANO, M. **O espaço da habitação social no Brasil: possíveis critérios de um necessário redesenho.** Departamento de Arquitetura e Urbanismo: São Carlos, 1995.

COELHO, António Baptista. **Cidade e habitação de interesse social.** SBQP, 2019.

PINTO, Marina Barbosa. **Questão habitacional como expressão da questão social na sociedade brasileira,** Libertas, Juiz de Fora, v.4 e 5, n. especial, 2010

ABRAHAM H. Maslow. **Motivation and personality** (3rd ed.). New York. 1987.

Desigualdade de renda para de cair no Brasil após 15 anos, e número de pobres cresce, aponta ONG. G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/11/26/desigualdade-de-renda-para-de-cair-no-brasil-apos-15-anos-e-numero-de-pobres-cresce-aponta-ong.ghtml> Acesso em: 10 de jun de 2021.

CARDOSO, A. L.; ARAGÃO, T. A. **Do fim do BNH ao Programa Minha Casa Minha Vida: 25 anos da política habitacional no Brasil.** In: CARDOSO, A.L (org.). O programa Minha Casa, Minha Vida e seus efeitos territoriais. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. p.17-66.

MARICATO, E. **Por um novo enfoque teórico na pesquisa sobre habitação.** Cadernos Metrópole (PUCSP), v. 21, p. 33-52, 2009.

"Casas para todos - Dortheavej Residence / Bjarke Ingels Group" [Homes for All - Dortheavej Residence / Bjarke Ingels Group] 14 Out 2018. ArchDaily Brasil. Acessado 20 Out 2021. <<https://www.archdaily.com.br/br/903751/casas-para-todos-dortheavej-residence-bjarke-ingels-group>> ISSN 0719-8906

OLIVEIRA, Viviane Fernanda de. **Do BNH ao Minha Casa Minha Vida: mudanças e permanências na política habitacional.** Revista Caminhos de Geografia, v. 15, n. 50. 2014

BRANDÃO, D. Q. **Flexibilidade, variabilidade e participação do cliente em projetos residenciais multifamiliares: conceitos e formas de aplicação em incorporações.**

Arquitetura Moderna no Brasil – Pedregulho de Affonso Eduardo Reidy (2009)
| THE URBAN EARTH Disponível em
<https://theurbaneearth.wordpress.com/2009/08/26/arquitetura-moderna-no-brasil-pedregulho-de-affonso-eduardo-reidy>. Acesso em: 18 de outubro de 2021

Minha Casa Minha Vida e Casa Verde e Amarela: entenda as diferenças entre os programas (2020) | Economia | G1 Disponível em
<https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/12/10/minha-casa-minha-vida-e-casa-verde-e-amarela-entenda-as-diferencas-entre-os-programas.ghtml>. Acesso em: 24 de outubro de 2021

Igor Fracalossi. **"Clássicos da Arquitetura: Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes (Pedregulho) / Affonso Eduardo Reidy"** 02 Dez 2011. ArchDaily Brasil. Acessado 9 Nov 2021. <<https://www.archdaily.com.br/br/01-12832/classicos-da-arquitetura-conjunto-residencial-prefeito-mendes-de-moraes-pedregulho-affonso-eduardo-reidy>> ISSN 0719-8906

Estrutura-Urbana Teófilo Otoni (2017). Disponível em <https://www.teofilootoni.mg.gov.br/wp-content/uploads/2017/11/III.1-Estrutura-Urbana.pdf>. Acesso: 12 de outubro de 2021

KRAUSE, C. BALBIM, R. V, NETO. **Minha casa, minha vida, nosso crescimento: Onde fica a política habitacional?** Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Economia aplicada. - Brasília: Rio de Janeiro 2013

HIGA, H. SARTOR, C. (2009) **Conjunto Habitacional Prefeito Mendes de Moraes.** Disponível em: https://www.academia.edu/23975776/Conjunto_Habitacional_Prefeito_Mendes_de_Moraes_Pedregulho. Acesso em 29 de outubro de 2021

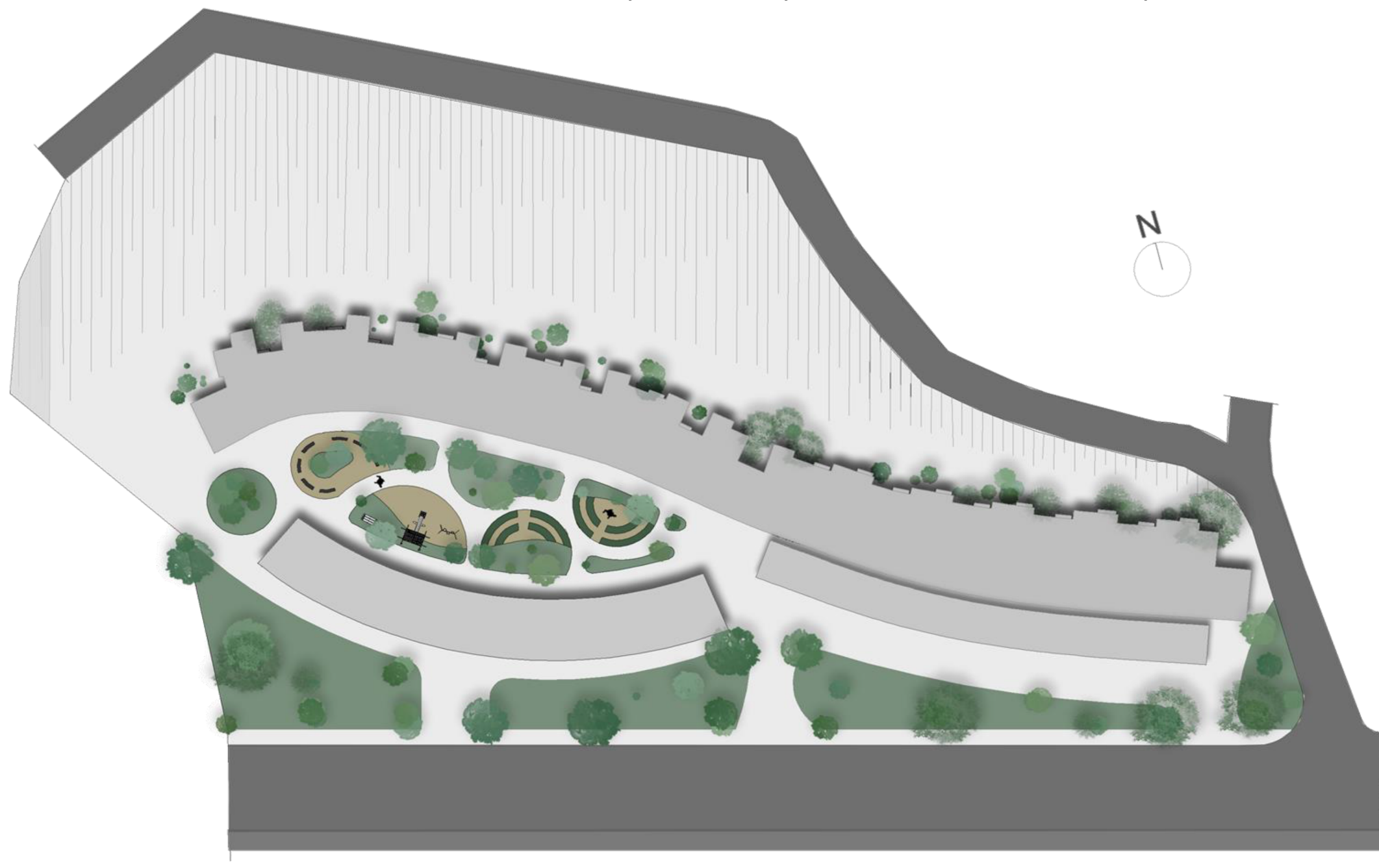
VOORDT, Theo J. M. van der & WEGEN, **Herman B. R. van. Arquitetura sob o olhar do usuário.** São Paulo: Oficina de Textos, 2013.

KENCHIAN, Alexandre. **Qualidade funcional no Programa e no Projeto da Habitação.** Tese de Doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 2011.

VILLA, Simone Barbosa. **Morar em apartamentos: a produção dos espaços privados e semi-privados nos edifícios ofertados pelo mercado imobiliário no século XXI em São Paulo e seus impactos na cidade de Ribeirão Preto.** Critérios para a avaliação pós-ocupação. Tese de Doutorado – FAUUSP. São Paulo, 2008.

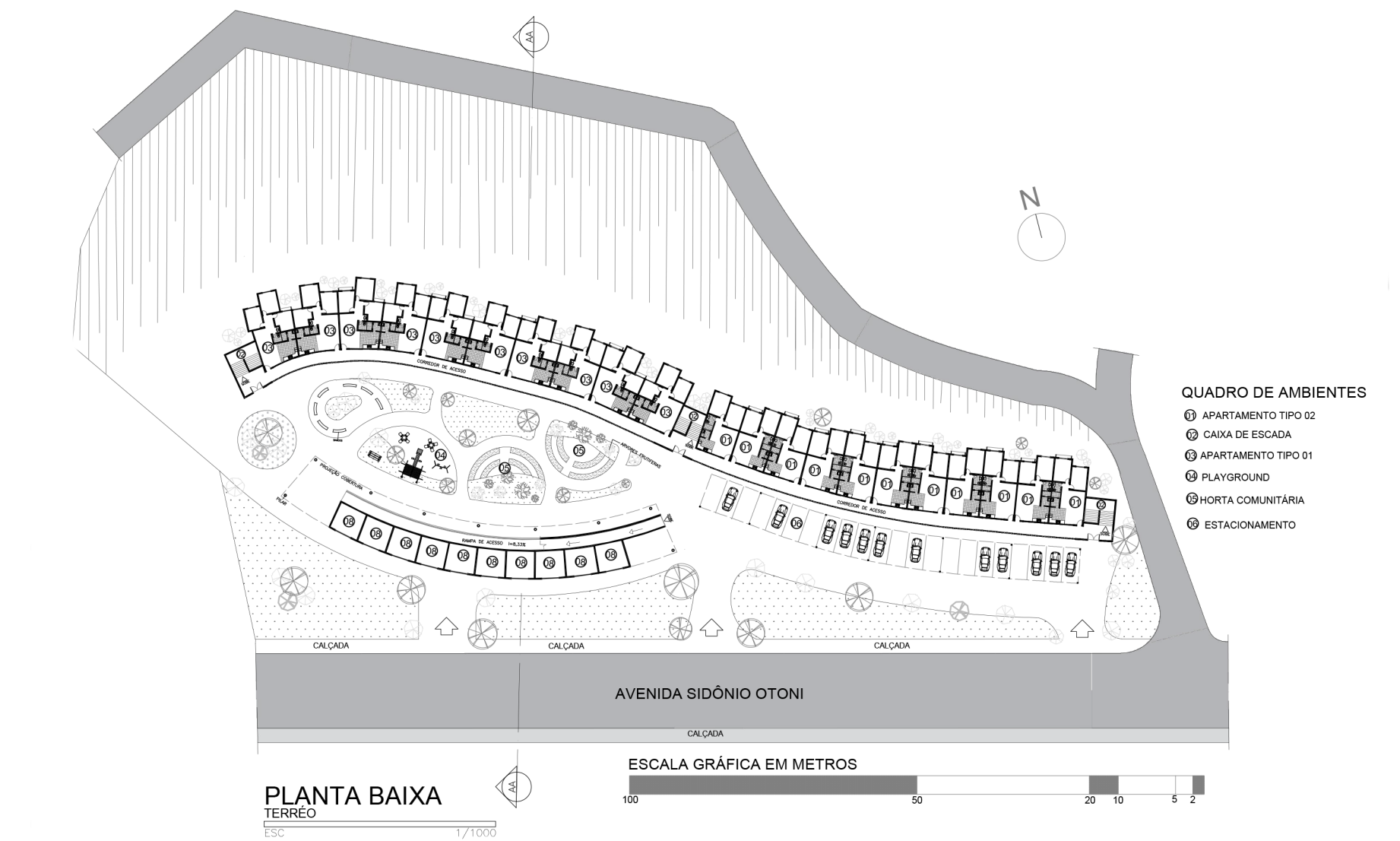
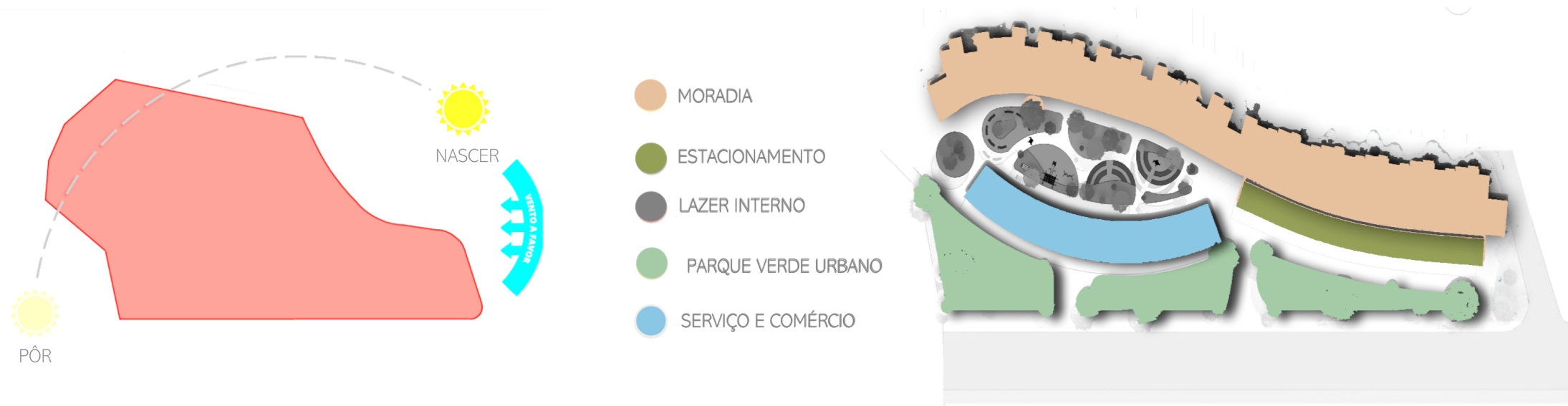
RESIDENCIAL BEM MORAR

A idealização volumétrica partiu dos princípios referenciados pelos estudos de caso dessa tese e pela pretensão de elaborar um conceito que diferencia os habituais modelos construtivos de habitação social que atualmente o Brasil possui, tanto na percepção volumétrica quanto no fluxo dentro do espaço e dos setores nele estabelecido. A ideia geral foi trabalhar os volumes em uma concepção de ambiente aberto e conceito livre, sem segregar os blocos ou “aprisionar” moradores em estruturas de concreto. Os volumes arqueano com linhas sinuosas contorna o terreno e possibilita a concepção de caminhos que abraçam todos os setores e desempenha um conceito de fluididade para quem transitar pelos acessos.



PLANTA BAIXA IMPLANTAÇÃO

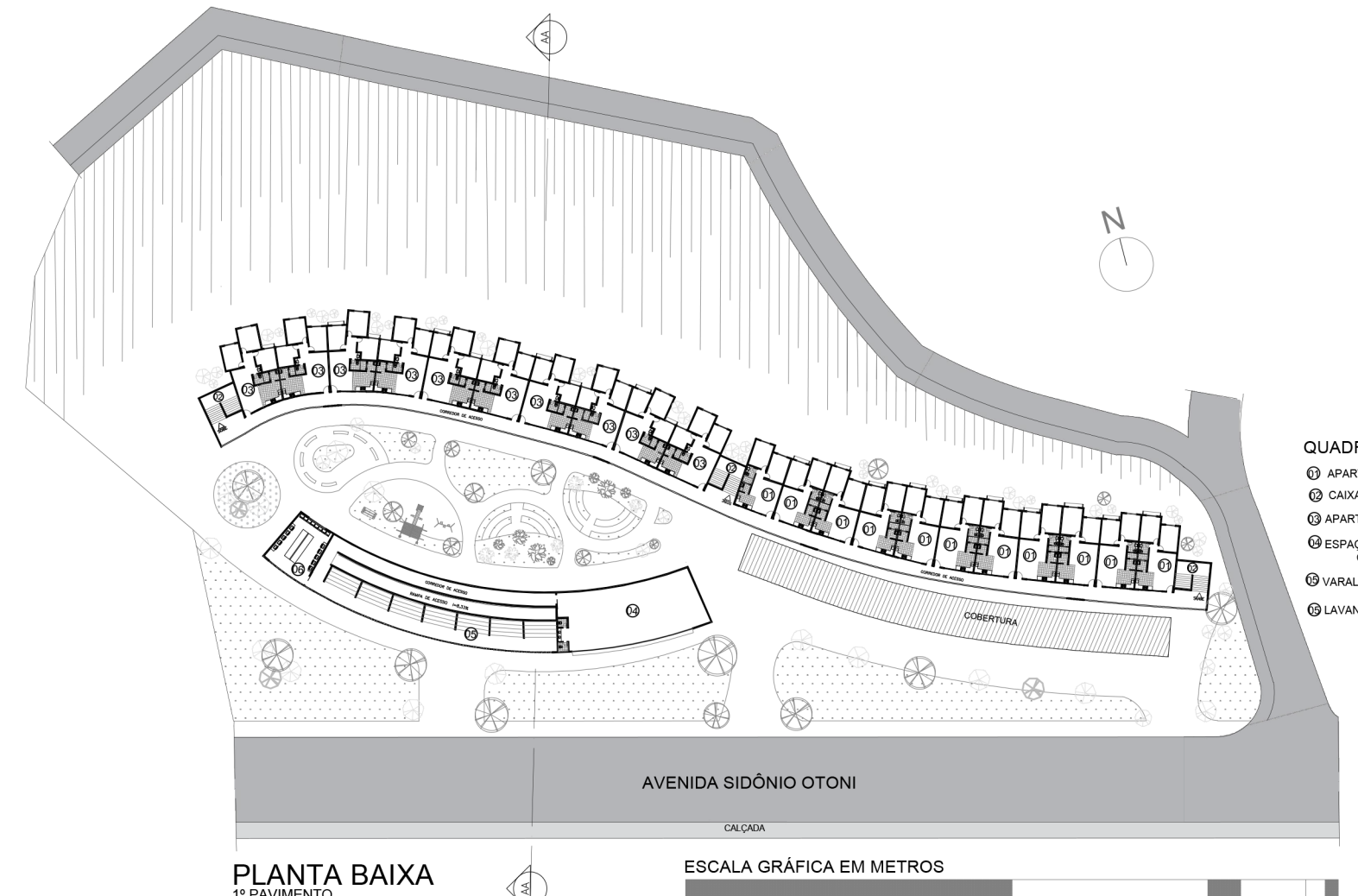
ESCALA 1: 750



PLANTA BAIXA TERREO

ESCALA GRÁFICA EM METROS

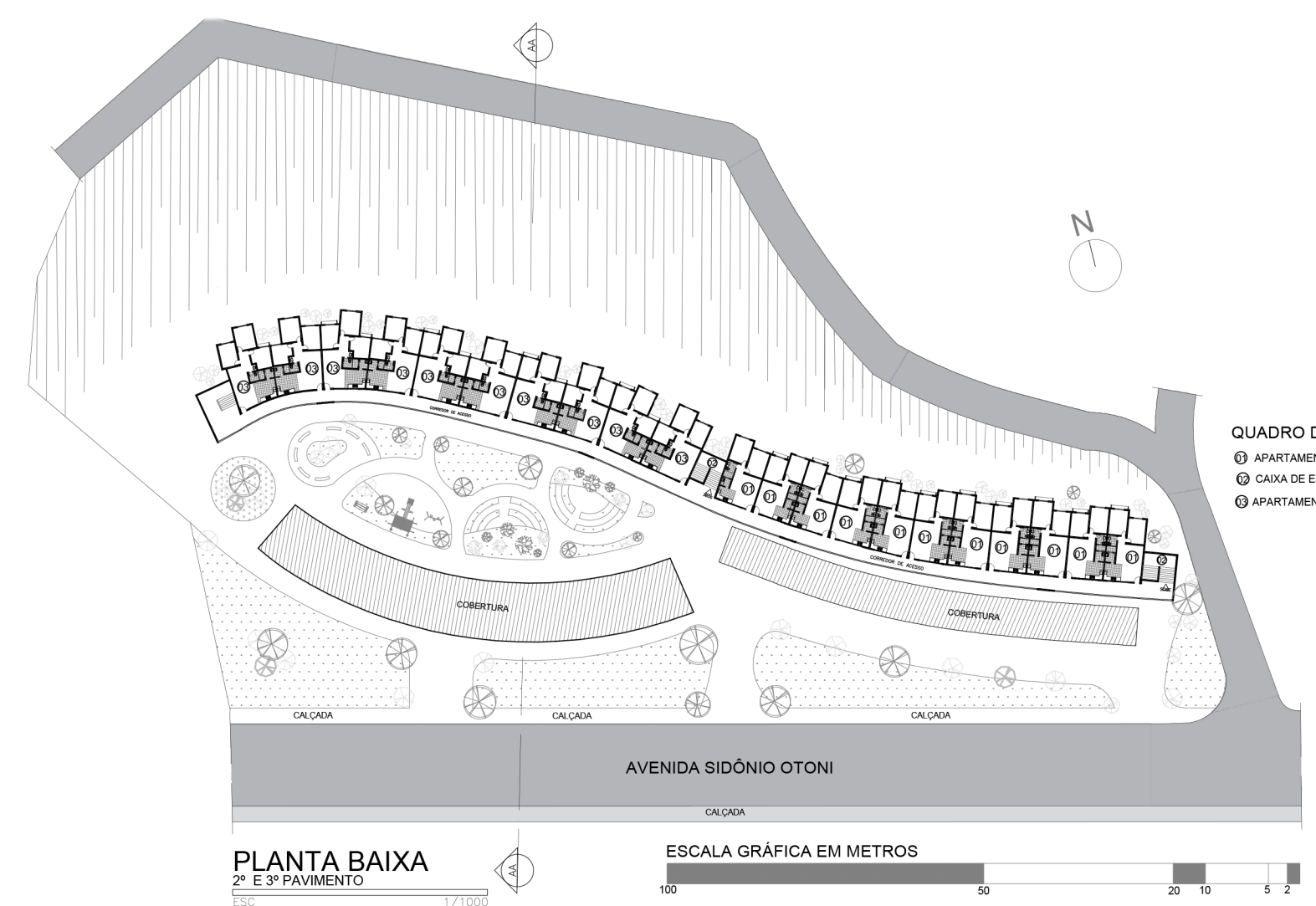
- QUADRO DE AMBIENTES
- APARTAMENTO TIPO 02
 - CAIXA DE ESCADA
 - APARTAMENTO TIPO 01
 - PLAYGROUND
 - HORTA COMUNITARIA
 - ESTACIONAMENTO



PLANTA BAIXA 1º PAVIMENTO

ESCALA GRÁFICA EM METROS

- QUADRO DE AMBIENTES:
- APARTAMENTO TIPO 02
 - CAIXA DE ESCADA
 - APARTAMENTO TIPO 01
 - ESPAÇO PARA ATIVIDADES COMUNITARIAS
 - VARAL COMUNITARIO
 - LAVANDERIA COMUNITARIO



PLANTA BAIXA 2º E 3º PAVIMENTO

ESCALA GRÁFICA EM METROS

- QUADRO DE AMBIENTES
- APARTAMENTO TIPO 02
 - CAIXA DE ESCADA
 - APARTAMENTO TIPO 01



FACHADA EDIFÍCIO RESIDENCIAL

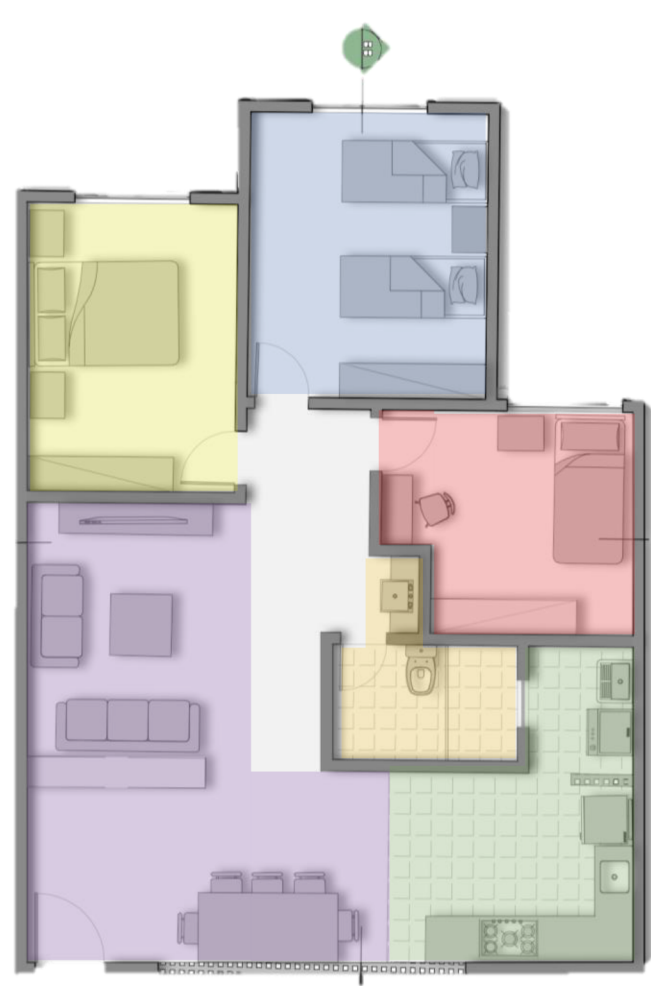
ESCALA 1: 750

FACHADA SERVIÇO

ESCALA 1: 750

CORTE AA (TRANSVERSAL)

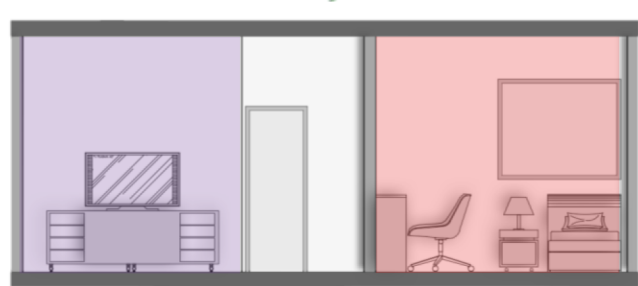
ESCALA 1: 750



PLANTA BAIXA ESCALA 1:100

- QUARTO 01: 10.16 M²
 - QUARTO 02: 11.31 M²
 - QUARTO 03: 8.74M²
 - BANHEIRO: 4.31 M²
 - SALA CONJUGADA: 24.79M²
 - COZINHA E ÁREA DE SERVIÇO: 10.05M²
 - ACESSO: 5,64M²
- ÁREA TOTAL 75 M²
ALT. PÉ DIREITO: 3.06M²

PLANTA LAYOUT TIPO 01

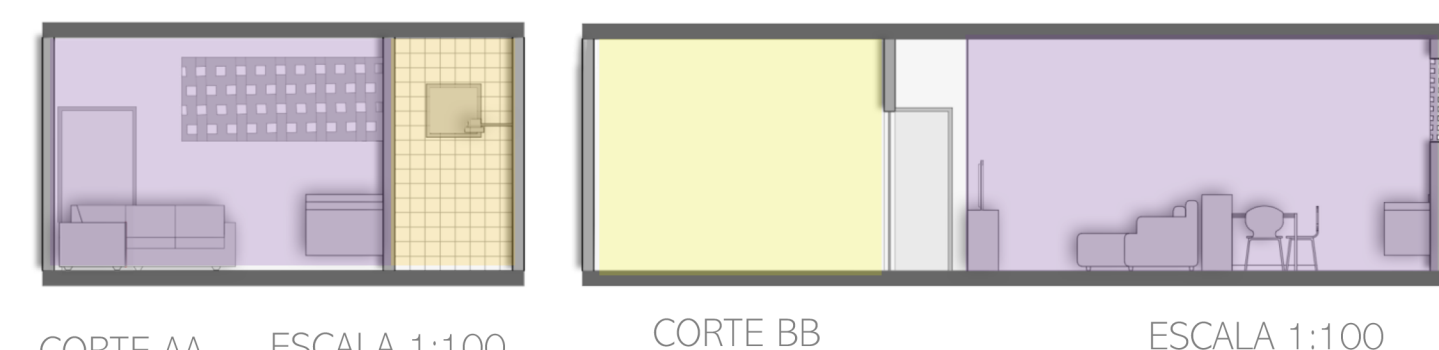


CORTE AA ESCALA 1:100



CORTE BB ESCALA 1:100

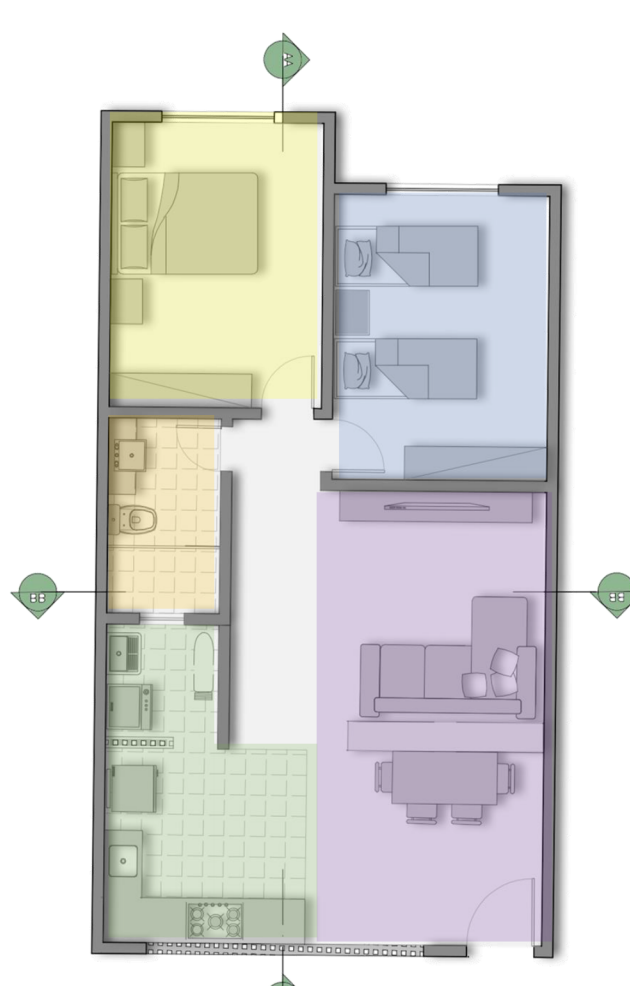
PLANTA LAYOUT TIPO 02



CORTE AA ESCALA 1:100

CORTE BB ESCALA 1:100

- QUARTO 01: 10.33 M²
 - QUARTO 02: 13.33 M²
 - BANHEIRO: 3.89 M²
 - SALA CONJUGADA 18.10
 - COZINHA E ÁREA DE SERVIÇO: 9.43 M²
 - ACESSO: 4.92 M²
- ÁREA TOTAL: 60M²
ALT. PÉ DIREITO: 3.06M²



PLANTA BAIXA ESCALA 1:100

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO



Relatório do Software Anti-plágio CopySpider

Para mais detalhes sobre o CopySpider, acesse: <https://copyspider.com.br>

Instruções

Este relatório apresenta na próxima página uma tabela na qual cada linha associa o conteúdo do arquivo de entrada com um documento encontrado na internet (para "Busca em arquivos da internet") ou do arquivo de entrada com outro arquivo em seu computador (para "Pesquisa em arquivos locais"). A quantidade de termos comuns representa um fator utilizado no cálculo de Similaridade dos arquivos sendo comparados. Quanto maior a quantidade de termos comuns, maior a similaridade entre os arquivos. É importante destacar que o limite de 3% representa uma estatística de semelhança e não um "índice de plágio". Por exemplo, documentos que citam de forma direta (transcrição) outros documentos, podem ter uma similaridade maior do que 3% e ainda assim não podem ser caracterizados como plágio. Há sempre a necessidade do avaliador fazer uma análise para decidir se as semelhanças encontradas caracterizam ou não o problema de plágio ou mesmo de erro de formatação ou adequação às normas de referências bibliográficas. Para cada par de arquivos, apresenta-se uma comparação dos termos semelhantes, os quais aparecem em vermelho.

Veja também:

[Analisando o resultado do CopySpider](#)

[Qual o percentual aceitável para ser considerado plágio?](#)



Versão do CopySpider: 2.1.0.7

Relatório gerado por: lorenacoutinho47@gmail.com

Modo: web / normal

Arquivos	Termos comuns	Similaridade
TCC - LORENA.docx X https://www.archdaily.com.br/br/903751/casas-para-todos-dortheavej-residence-bjarke-ingels-group	303	2,64
TCC - LORENA.docx X https://enciclopedia.itaucultural.org.br/termo4442/conjunto-habitacional-pedregulho	133	1,13
TCC - LORENA.docx X https://www.archdaily.com.br/br/01-12832/classicos-da-arquitetura-conjunto-residencial-prefeito-mendes-de-moraes-pedregulho-affonso-eduardo-reidy	123	1,06
TCC - LORENA.docx X http://conic-semesp.org.br/anais/files/2013/trabalho-1000015323.pdf	100	0,75
TCC - LORENA.docx X https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.062/446	98	0,66
TCC - LORENA.docx X https://www.devmedia.com.br/tecnicas-para-levantamento-de-requisitos/9151	46	0,31
TCC - LORENA.docx X https://www.archdaily.com/968367/prefabrication-could-make-housing-construction-more-affordable	11	0,08
TCC - LORENA.docx X https://www.archdaily.com.br/br/903751/casas-para-todos-dortheavej-residence-bjarke-ingels-group/5bbe6d1ef197cc3c6a0000d9-homes-for-all-dortheavej-residence-bjarke-ingels-group-photo	6	0,05
TCC - LORENA.docx X https://www.powerthesaurus.org/final_objective	3	0,02
TCC - LORENA.docx X https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/4635?locale-attribute=en	2	0,01
TCC - LORENA.docx X https://www.academia.edu/59117120/Res%C3%ADduos_s%C3%B3lidos_urbanos_de_poda_de_gram%C3%ADneas_como_fonte_alternativa_de_energia_um_estudo_de_caso_na_cidade_de_Rosana	2	0,01
TCC - LORENA.docx X https://www.urbanearthnursery.com/shop	0	0,00

Arquivos com problema de download

<https://por.architecturaldesignschool.com/homes-all-dortheavej-residence-65397>

Não foi possível baixar o arquivo. É recomendável baixar o arquivo manualmente e realizar a análise em conluio (Um contra todos). - Erro: Parece que o site desse link está indisponível no momento. HTTP response code: 503 - Server returned HTTP response code: 503 for URL:
<https://por.architecturaldesignschool.com/homes-all-dortheavej-residence-65397>



=====

Arquivo 1: [TCC - LORENA.docx \(10598 termos\)](#)

Arquivo 2: <https://www.archdaily.com.br/br/903751/casas-para-todos-dortheavej-residence-bjarke-ingels-group> (1157 termos)

Termos comuns: 303

Similaridade: 2,64%

O texto abaixo é o conteúdo do documento [TCC - LORENA.docx \(10598 termos\)](#)

Os termos em vermelho foram encontrados no documento

<https://www.archdaily.com.br/br/903751/casas-para-todos-dortheavej-residence-bjarke-ingels-group> (1157 termos)

=====

UNIVERSIDADE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS ? UNIPAC
ARQUITETURA E URBANISMO

LORENA DOS SANTOS COUTINHO

HABITAÇÃO SOCIAL E AMBIENTE DE CONVÍVIO FAMILIAR PARA TEÓFILO OTONI - MG

TEÓFILO OTONI
2021

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni

FICHA DE ACOMPANHAMENTO INDIVIDUAL DE ORIENTAÇÃO DE TCC

Atividade: Trabalho de Conclusão de Curso – Artigo/Monografia.
Curso: Arquitetura e Urbanismo Período: 10 ° Semestre: 2º Ano: 2021

Professor (a): JULIANE BALDOW

Acadêmico: LORENA DOS SANTOS COUTINHO

Tema: HABITAÇÃO SOCIAL E AMBIENTE DE CONVÍVIO FAMILIAR PARA TEÓFILO OTONI – MG		Assinatura do aluno
Data(s) do(s) atendimento(s)	Horário(s)	
26 de agosto de 2021	18:20	lorena coutinho
09 de setembro de 2021	18:41	lorena coutinho
08 de outubro de 2021	18:28	lorena coutinho
22 de outubro de 2021	20:26	lorena coutinho
29 de outubro de 2021	13:07	lorena coutinho
05 de novembro de 2021	19:25	lorena coutinho
Descrição das orientações:		

Considerando a concordância com o trabalho realizado sob minha orientação, **AUTORIZO O DEPÓSITO** do Trabalho de Conclusão de Curso do (a) Acadêmico

(a) lorena dos santos coutinho.

Juliane Baldow
Assinatura do Professor